



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISADORA EMMANUELLE ARAÚJO E OLIVEIRA

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A MÍDIA NACIONAL: Análise do tratamento editorial da Folha de São Paulo, O Globo e do Estado de São Paulo sobre a China.

JOÃO PESSOA

2022

ISADORA EMMANUELLE ARAÚJO E OLIVEIRA

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A MÍDIA NACIONAL: Análise do tratamento editorial da Folha de São Paulo, O Globo e do Estado de São Paulo sobre a China.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Túlio Sérgio Henriques Ferreira

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catálogo e Classificação

O48p Oliveira, Isadora Emmanuelle Araujo e.
Política externa brasileira e a mídia nacional:
Análise do tratamento editorial da Folha de São Paulo,
O Globo e do Estado de São Paulo sobre a China. /
Isadora Emmanuelle Araujo e Oliveira. - João Pessoa,
2022.
64 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política Externa do Brasil. 2. Sistema midiático
brasileiro. 3. Política Externa Sino-Brasileira. 4.
Editoriais brasileiros. 5. Mídia de massa. I. Ferreira,
Túlio Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA CDU 327

ISADORA EMMANUELLE ARAÚJO E OLIVEIRA

**POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A MÍDIA NACIONAL: ANÁLISE DO
TRATAMENTO EDITORIAL DA FOLHA DE SÃO PAULO, O GLOBO E DO
ESTADO DE SÃO PAULO SOBRE A CHINA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 15 de junho de 2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Profa. Dra. Liliana Ramalho Fróio
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. André Mendes Pini
Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

A arte de sorrir
Cada vez que o mundo diz não.
(Guilherme Arantes).

AGRADECIMENTOS

A Deus, minha fortaleza e refúgio, a Ele toda honra e glória por poder encerrar mais um ciclo, tendo Ele como ajudador.

À minha mãe, minha maior incentivadora e referência de vida. A que me ensinou o valor da dedicação aos estudos e a importância de seguir meus sonhos, como ela fez. A que enxugou minhas lágrimas nos momentos difíceis e que sorriu comigo nas minhas vitórias. A que me faz acreditar no meu potencial, mesmo quando não enxergava. A que me ensinou que é melhor brincar de viver, e a arte de sorrir mesmo quando o mundo diz, não!

Ao meu pai e meu irmão que torcem por cada vitória, nas minhas potencialidades e investiram seu tempo para sempre com gentileza e palavras de afirmações para me animar no processo.

À toda minha família, de perto e de longe, que é minha base, principalmente as minhas primas, Daniella e Gabriella, e meu Tio Ataíde pelo apoio nos momentos de dificuldade e dor, sou grata por cada palavra, orações e, principalmente, orientações, tornando a realidade um pouco mais leve. Às minhas Tias Rodileide e Alexandrina, que me apoiam e são grandes incentivadoras. Aos meus tios de longe, Cristina e Tio Nona, que sempre me acolhem com carinho. A todos meus primos de perto Linda, Izabelle, Vinícius, Ben e Laura, pelos momentos de alegria, que ajudaram a tornar tudo mais leve. A pessoa que sou hoje devo a cada familiar que ajudaram a me moldar e formar. Sem eles eu nada seria e aqui não tinha chegado.

À minha Tia Laninha, que hoje não está mais entre nós, mas sempre esteve na arquibancada da minha vida vibrando e me incentivando a ser mais do que eu achava que eu poderia ser. Eternas saudades e gratidão por todos seus ensinamentos, que carrego no coração.

Aos meus grandes amigos que fiz no curso: Bruno, Ísis, Milena, Malu, Lucas, que tiram risadas, deixando tudo mais leve e tranquilo. Às minhas amigas da vida e longa data, Maryana, a quem eu tenho o sentimento de irmã, que não mede esforços para me ajudar a ser feliz; a Bia Sousa, que sempre foi minha intercessora, amiga, e principalmente, cuidadora. E as minhas amigas recentes Carol e Dani, que me ensinaram que tempo não define qualidade, que seguraram minha mão em um período difícil, me lembrando sempre que o amor sara feridas.

Por fim, ao meu orientador, Túlio, que me acolheu, me auxiliou e esteve presente, contribuindo com o meu desenvolvimento. Agradeço a oportunidade e ao aprendizado obtido e por acreditar em mim.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso visa analisar a correlação entre a política externa brasileira e os meios de comunicação, por meio da análise dos editoriais dos três maiores jornais em circulação do país: Folha de S.Paulo, O Estadão e O Globo entre dezembro de 2001 a 2009. O período refere-se a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e a efetivação da China como o maior parceiro comercial do Brasil. Assim, busca-se compreender a forma como ocorre a interação dessas vertentes, focando em como a mídia conservadora brasileira retrata as relações diplomáticas com a China. Fez-se o uso do método do estudo de caso, diante da imensidão de atores. O método utilizado permite a utilização de diversas abordagens metodológicas, ao qual ateu-se a formação de nuvens de palavras e gráficos, através do programa Orange, para a melhor compreensão e cruzamento dos resultados. Os principais resultados apontam a perpetuação dos valores e princípios conservadores liberais dos grandes jornais brasileiros na forma de retratação dos temas relacionados à China. Conclui-se no seguinte trabalho que há uma abordagem convergente sobre o tema na perspectiva dos principais jornais brasileiros. Destarte, novos estudos e análise contribuíram para maior aprofundamento da análise e do impacto dos grandes editoriais na política externa brasileira.

Palavras-chaves: 1. China. 2. Política externa brasileira. 3. Mídia. 4. Editoriais brasileiros. 5. Mídia de massa.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the correlation between Brazilian foreign policy and the media, through the analysis of the editorials of the three largest newspapers in circulation in the country: Folha de S.Paulo, O Estadão and O Globo between December 2001 and 2009. The period refers to China's entry into the World Trade Organization (WTO) and China's becoming Brazil's largest trading partner. Thus, it seeks to understand how the interaction of these strands occurs, focusing on how the Brazilian conservative media portrays diplomatic relations with China. The method of the case study was used, given the immensity of actors. The method used allows the use of several methodological approaches, to which the formation of clouds of words and graphics, through the Orange program, for the better understanding and crossing of the results. The main results point to the perpetuation of the liberal conservative values and principles of the big Brazilian newspapers in the form of retraction of the themes related to China. The following paper concludes that there is a convergent approach on the subject from the perspective of the main Brazilian newspapers. Thus, new studies and analysis would contribute to further deepening the analysis and impact of major editorials on Brazilian foreign policy.

Keywords: 1. China. 2. Brazilian foreign policy. 3. Media. 4. Brazilian editorials. 5. Mass media.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Nuvem de palavras 200 principais palavras dos editoriais (Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo)	p.42
Figura 2 - Nuvem de palavras manchetes dos editoriais (Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo).....	p.43
Figura 3 - Gráfico de sentimento e frequência das manchetes (Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo)	p.43
Figura 4 - Gráfico de sentimentos distribuídos no tempo dos editoriais Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo)	p.44
Figura 5 - Nuvem de palavras “China” do editorial O Globo	p.45
Figura 6 - Gráfico de frequência e sentimento “China” do editorial O Globo.....	p.48
Figura 7 - Gráfico de sentimentos distribuídos no tempo “China” do editorial O Globo....	p.48
Figura 8 - Nuvem de palavras “China” editorial Folha de S. Paulo	p.48
Figura 9 - Gráfico de frequência e sentimento “China” do editorial Folha de S. Paulo.....	p.50
Figura 10 - Gráfico de sentimentos distribuídos no tempo “China” do editorial Folha de S. Paulo.....	p.51
Figura 11 - Nuvem de palavras “China” editorial O Estadão.....	p.52
Figura 12 - Gráfico de frequência e sentimento “China” do editorial O Estadão.....	p.53
Figura 13 - Gráfico de sentimentos distribuídos no tempo “China” do editorial Folha de S. Paulo.....	p.54

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 MÍDIA E O MERCADO DE POLÍTICA EXTERNA	15
2.1 SISTEMA MIDIÁTICO BRASILEIRO	21
3 POLÍTICA EXTERNA SINO-BRASILEIRA	29
4 ANÁLISE DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	60

1 INTRODUÇÃO

Baum e Potter (2008) afirmam que os atores públicos, tomadores de decisão e mídia de massa formulam uma dinâmica complexa de inter-relacionamento, chamado de Mercado de Política Externa, cuja distribuição da informação, enquadrada como mercadoria, é comercializada. Buscando compreender tal mecanismo de interação, o presente Trabalho de Conclusão de Curso volta-se para a compreensão das relações de influência entre os meios de comunicação e a Política Externa Brasileira (PEB). Para tanto, analisa-se tais atores na relação entre Brasil e China, no recorte histórico da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, e a China tornar-se a maior parceira comercial do Brasil, em 2009. Tal cenário será analisado através dos editoriais de três dos maiores jornais de alcance nacional do país: *Folha de São Paulo*, *O Globo* e *O Estado de São Paulo*. Busca-se compreender o tratamento dado ao tema, uma vez que, historicamente, a mídia brasileira comporta-se de maneira conservadora e liberal, em luta constante contra o “comunismo”. Portanto, interessa-nos observar a visão expressa pelos referidos jornais no que se refere à China, país socialista e estruturado de modo diverso aos preceitos da democracia ocidental.

Robinson (2008) ressalta que a disciplina de Relações Internacionais tende a dar pouca atenção à opinião pública e à mídia, diante da predominância existente das teorias realistas. Tal fato acaba por deprimir atores domésticos e deixar carente o analista de ferramentas teóricas e conceituais. Dessa maneira, o estudo das interações entre os atores da mídia, opinião pública e relações internacionais, que caracteriza-se como multifacetado e interdependente, necessita de um corte definido para interligá-las às ações de política exterior (BAUM e POTTER, 2008). A dinâmica do mercado de Política Externa é pautada em dois ideais principais: o primeiro de que os cidadãos estariam em constante desvantagem informativa frente às elites. A segunda, de que os cidadãos compensam suas desvantagens com atalhos cognitivos, que os permitem formular julgamentos sobre as temáticas de Política Externa com poucas informações. A mídia é parte imprescindível nesse dinamismo entre o público e os tomadores de decisão em política externa tendo papel crucial na coleta, enquadramento e distribuição de informação, agindo assim como comerciante de informações.

Dentro do estudo que abrange a mídia e política externa, podem ser encontrados dois pensamentos divergentes: de um lado assume-se que a mídia é um ator forte e ativo, de outro a caracteriza como influenciável, sendo apenas de canal dos interesses dos líderes e elites. Essa divisão pode ser evidenciada a partir do exame do Modelo Pluralista, em que descreve

que o poder estaria disperso na sociedade através de grupos distintos, enquanto a mídia e política externa seriam interdependentes da influência política, podendo ocasionar constrangimentos. Por outro lado, o Modelo da Elite apresenta o poder concentrado nos grupos de elites, sendo eles capazes de dominar a política e a sociedade; aqui, os demais atores são tidos como passivos e submissos. A hipótese de Indexação de Bennet (1990) reforça este pensamento, ao argumentar que os meios de comunicação agem de maneira passiva, apenas indexando e reproduzindo as narrativas da elites. Portanto, pode-se notar que o papel da mídia ao longo da história tornou-se diverso, uma vez que, pode se manter como um perpetuador de mensagens pré-moldadas pelas elites, como pode ir além alcançando governos e líderes produzindo efeito e trazendo implicações diretas na política externa de seus respectivos países.

Como mencionado, a visão tradicional argumenta que a mídia se baseia, principalmente, em acomodar mensagens da elite, servindo como um mecanismo de ligação e não como ator estratégico independente no processo de decisão política. Entretanto, com a crescente expansão da globalização e da mídia, fomentando uma maior flexibilização das fronteiras, tem-se o mais fácil acesso à informação e a esse intercâmbio de pensamentos entre as nações, o que permite um acesso mais intenso a temas de política externa. Ademais, com o surgimento de movimentos como o Efeito CNN¹ e o advento da internet, a mídia deixa de ter essa participação marginal e passa a ter papel direto na vida dos cidadãos, além de ser uma “vitrine” das ações dos líderes políticos em suas decisões sobre política interna e externa. Dessa forma, a mídia passa de um ator estratégico discreto ao centro do mercado de política externa, ao ser o principal elo entre os dois pólos: líderes e público. Assim, dominar os meios de compartilhamento de informações continua a ser um fator imprescindível na aquisição e legitimação do poder (KEOHANE, NYE, 1997).

Segundo Herman e Chomsky (2008), os meios de comunicação se enquadram como sendo um grande sistema de mensagens e símbolos, voltado para a população, tendo como objetivo divertir, entreter e informar, além de apresentar valores, crenças e códigos que serão integrados nas estruturas institucionais da sociedade. Abbas Malek e Krista E. Wiegand (1997) sintetizam os principais avanços teóricos acerca da relação entre mídia e política externa e consideram que há três perspectivas principais que definem a influência da mídia como ator: ativo, neutro ou passivo. Atendo-se ao caso brasileiro, pode-se considerar o

¹ O Efeito CNN corresponde a teoria que defende que a cobertura contínua de grandes eventos em redes de televisão pode influenciar as agendas políticas interna e externa, ela funciona por meio da moldagem da percepção pública que, por sua vez, afeta as agendas dos formuladores de política.

sistema de mídia como ator ativo, uma vez que se orientam com base nas elites da opinião pública e se opõem às classes políticas quando seus interesses políticos não são atendidos.

Ao debruçar sobre o caso brasileiro, é imprescindível o conhecimento acerca do mercado de mídia nacional e seus diferenciais. Azevedo (2006) alega que o mercado de mídia brasileiro tem quatro características que seguem imutáveis: 1) o monopólio familiar e a propriedade cruzadas nos meios de comunicação de massa; 2) pequena diversidade externa do ponto de vista político e o viés conservador; 3) baixa circulação dos jornais associada ao baixo número de leitores; e 4) um jornalismo orientado para as elites e influenciável a pressão dos públicos fortes. Nessa perspectiva, ao dar destaque aos maiores jornais nacionais especula-se a respeito de seus posicionamentos ideológicos, além dos seus discursos e possíveis interesses vinculados a determinados grupos políticos. No que tange a questão do conservadorismo, é inevitável trazer à tona a luta anticomunista e liberal dos jornais, funcionando quase como um mecanismo de controle, evidente pelo menos desde o golpe de 1964 e como essa mídia se comporta tendo o Brasil um parceiro comunista.

É diante de um conservadorismo histórico da grande mídia brasileira, que se respalda a justificativa da escolha do recorte temporal analisado, entre dezembro de 2001, com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio e a derrocada dos Estados Unidos no comércio bilateral com o Brasil para a ascensão chinesa no comércio internacional, tornando-se o maior comprador e investidor direto do país, em 2009. Dessa forma, tem-se como objetivo compreender como os grandes jornais brasileiros retrataram esses acontecimentos em suas páginas, dado o estreitamento da China com o Brasil. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior a balança comercial do ano de 2009, demonstrou a corrente de comércio, isto é, a soma das exportações e importações, com um crescimento de US\$ 35,8 bilhões para US\$ 36,1 bilhões, enquanto os números referentes a corrente de comércio com os Estados Unidos permaneceu igual. Destarte, tem como o objetivo central da discussão a análise da possível influência desse debate conservador na forma que os editoriais retratam as relações entre Brasil e China.

Para tanto, a percepção da qualidade do tratamento e a forma como é manifestada essa relação bilateral, através dos meios midiáticos é primordial. Assim, a escolha dos periódicos deu-se por sua dimensão de maior acesso e alcance. De acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC) os três maiores jornais do país em termo de circulação total, isto é, impresso e digital seriam, respectivamente: *O Globo*, com 372.061 cópias, seguido pela *Folha de São Paulo*, com 358.253 e, em terceiro lugar, *O Estado de S. Paulo*, com 227.914 cópias em fluxo. Portanto, ao escolher os maiores periódicos do país, espera-se compreender a

cobertura midiática da China, averiguando possíveis convergências, divergências, explicitando-se aspectos valorativos defendidos e a qualidade do tratamento dado à China, tendo como hipótese principal o tratamento negativo dessa aproximação, dado o histórico majoritariamente conservador dos jornais brasileiros. Assim, a hipótese a ser testada é que diante do histórico conservador dos jornais brasileiros, espera-se um tratamento majoritariamente negativo acerca da temática China.

Com essa finalidade, o presente trabalho além da introdução e conclusão, conta com mais quatro partes. A segunda seção, passa a analisar, os atores dos meios de comunicação e a política externa, como atores nesse mercado da mídia, como se relacionam e se influenciam, perpassando nos debates históricos e teorias, através de uma revisão de literatura. Ademais, a terceira parte focaliza no entendimento específico da relação bilateral Brasil-China, compreendendo o surgimento dessa aproximação, até ao protagonismo chinês, que culminou na ascensão chinesa no comércio brasileiro como um ator influente. No quarto capítulo a mídia brasileira torna-se o foco das discussões, ao apresentar um breve histórico da mídia nacional, com suas características específicas, analisando seu tratamento, valores e tendências arraigados até os dias atuais.

Por fim, a última seção tratará em si da análise dos dados provenientes do *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, cuja metodologia baseia-se no campo da Análise do Discurso e, a partir disso, compreender as construções ideológicas dos periódicos e seus discursos no que tange a relação sino-brasileiro. A coleta de dados deu-se a partir do banco de dados do autor no Excel, fruto da pesquisa de CNPq, havendo uma prévia delimitação dos editoriais utilizando, primeiramente, os recortes das palavras “política externa” e “Itamaraty”. Assim, a partir desses editoriais, foi-se afunilando, diante do recorte temporal, para compreender os principais temas internacionais retratados nesse tempo, criando gráficos e nuvens de palavras. Após esse primeiro recorte, utilizou-se nesse novo banco de dados o termo “china” como critério de pesquisa, encontrando 98 editoriais e, a partir deles foram criados novos gráficos e nuvens de palavras. Ademais, foram lidos todos os respectivos editoriais, a fim de notar as temáticas e as nuances específicas das publicações, de onde foram retirados trechos dos editoriais. Em ambos os passos foram feitas as nuvens de palavras, a partir das planilhas do Excel, e a formação dos gráficos pelo programa Orange.

2 MÍDIA E O MERCADO DE POLÍTICA EXTERNA

Os debates e teorias, essenciais para a formulação de princípios e análises, representam a grande demanda por interpretações de ideias, que são passíveis de mudanças ao longo do tempo. Dessa maneira, este capítulo, fará uma breve apresentação na dimensão histórica dos principais conceitos e teorias do campo de estudo da Mídia e Política Externa, visando assim uma maior contextualização da temática e sua compreensão.

É consenso que a disciplina de Relações Internacionais pouco se atém às questões de atores internos, como a mídia e opinião pública, diante da preponderância das teorias realistas que tendem a minimizar a importância de atores domésticos. Ademais, existe uma carência de mecanismos teóricos disponíveis. Portanto é necessário um recorte bem definido para os estudos das interações entre mídia e Relações Internacionais, com o intuito de traçar caminhos causais entre esses elementos (BAUM e Potter, 2008). Em vista disso, há um desafio da pesquisa em Mídia e Relações Internacionais a respeito da compreensão das suas relações com as de Política Externa. Para tanto se utiliza de outros subcampos de estudo, como Análise de Política Externa, Comunicação Social e Ciência Política para o intercâmbio de ideias e debates.

Para compreender de que maneira os meios de comunicação se postam como atores autônomos na formulação do processo decisório de política externa, é imprescindível a utilização de formulações teóricas advindas dos campos de Política e Sociologia da Comunicação, além de estudos sobre a Opinião Pública. A união desses pensamentos, no campo da Análise de Política Externa, permite mudar o foco do debate, ao evidenciar os mecanismos utilizados pelos jornais na formulação da informação que é passada para a sociedade, além da burocracia e regras empregues pelas empresas de comunicação no trato com suas fontes, com os tomadores de decisão e com a sociedade.

Destarte, o ramo da Comunicação contribui no entendimento de como a imprensa tem o poder de influenciar grupos domésticos sobre temas de política externa. A mídia, dessa forma, teria duas áreas de atuação: de maneira direta, através do diálogo com o Executivo, e a via indireta, ao transmitir opiniões em seus editoriais que construam ou modifiquem postura de grupos domésticos efetivos na política externa (CERQUEIRA, 2005). Entretanto, por mais que a informação seja um instrumento levado em conta na barganha doméstica, a Análise de Política Externa acaba por não valorizar a imprensa como influente

Às vezes tomados como um mero canal de transmissão de mensagens da elite dominante, outras vezes ignorados por supostamente não serem capazes de desenvolver seus próprios argumentos e perseguir

interesses particulares, os veículos de comunicação dificilmente são considerados para além da discussão de terem ou não algum efeito sobre a sociedade. (CERQUEIRA, 2005, p. 10).

No que tange às teorias de Relações Internacionais, cada teoria interpreta a função da mídia de uma maneira. Na teoria Realista alega-se que a política externa seria influenciada apenas por elementos exteriores sendo imune às influências de componentes internos, devendo sempre prevalecer o interesse nacional. A teoria Liberal, por sua vez, vê a mídia como um elemento central, cobrando para que o Estado cumpra as suas demandas internacionais, como por exemplo, a questão dos Direitos Humanos. Na Abordagem Crítica, a política externa refletiria a função política e estrutura econômica dada a mídia e o público, que por sua vez, propagam interesses da elite (ROBINSON, 2008).

Embora a corrente clássica ainda esteja muito em voga nas Relações Internacionais, ou seja, leve em conta atores mais tradicionais, como os Estados e seus líderes, existe outra linha de pensamento que já admite a influência e uma pluralização de agentes influentes na política externa. Milner (1997), argumenta que:

A política doméstica e as relações internacionais estão intrinsecamente relacionadas: a posição internacional de um país exerce um impacto importante nos seus assuntos de política interna, como na agenda econômica, por exemplo. Assim também o inverso se faz valer, ou seja, a situação interna dos Estados pode moldar seu comportamento nas relações exteriores. (HILL, Christopher, 2003, tradução nossa).

Logo, não haveria apenas o Estado, como figura unitária no centro das decisões internacionais, mas entende-se a Política Externa como sendo uma política construída através de contribuições e influências de atores diversos (FONTES, LUZ, SILVA, CAMOÇA e REZENDE, 2019).

Ao se considerar que o comportamento externo de um país é determinado também por fatores e atores domésticos, torna-se vital analisá-los, sejam eles atores domésticos estatais ou não. Baum e Potter (2008) revisam os progressos acadêmicos na área de política externa e opinião pública, sugerindo um recorte baseado no conceito do equilíbrio de mercado, centralizado na troca de informação. Para tanto, ao levar em consideração a relação direta entre líderes e a opinião do público, acabam por incorporar um terceiro ator forte e estratégico, que seria a mídia de massa. Este trabalho não se aterá à relação com a opinião pública; entretanto, é importante caracterizá-la como ator basilar, uma vez que, é responsável por reunir e reter as informações, para gerar opinião:

Concluem que existe um consenso que o público é capaz de desenvolver e têm visões coerentes sobre a Política Externa, que os

cidadãos podem e aplicam suas atitudes às suas decisões eleitorais, e que isso leva os políticos a considerar as implicações eleitorais de suas atividades no exterior. (BAUM e POTTER, 2008, p. 6).

Assim, a análise da imprensa como um agente doméstico preponderante na política externa se alinha às abordagens que valorizam os atores domésticos na definição das políticas na arena internacional, tendo a barganha como meio principal de atingir seus objetivos.

Mediante essa emergência de novos atores de política externa, pode-se dividir o mundo em duas eras. A primeira, se caracteriza por um contexto de mídia tradicional sustentada pelas elites, diante do pouco acesso do cidadão a temas de política externa e, portanto, esse baixo engajamento e assimetria de informações dava aos líderes uma liberdade na forma da condução da política externa. Foi dado à mídia um papel simples de mero mecanismo de ligação e não um ator estratégico independente no processo da formulação da política externa. Os meios de comunicação, desprezados no início do século XX, por ser entendido pelos *policy makers* que a diplomacia seria de difícil compreensão às pessoas comuns, passam, de maneira gradativa, a serem valorizados dentro do processo político (FERREIRA e CUNHA, 2021). Surge então um segundo cenário, com a mídia agora tendo papel de facilitadora do debate, sendo indispensável em estados democráticos, tendo a função crucial na coleta, enquadramento e distribuição de informação. Diante desse papel, analisa-se a mídia como ator central no mercado de política externa, sendo o principal elo entre líderes e o público e, portanto caracterizado como um intermediário ou comerciante de informações (BAUM e POTTER, 2008).

Decerto, eventos históricos ajudaram na mudança de postura em relação à mídia, como no caso da Guerra do Vietnã, que trouxe à tona novos debates acerca da influência da mídia nos eventos internacionais. Dessa maneira teria como objetivo: moldar a opinião pública, indicar aprenda, preparar referências e enquadrar eventos. Em um dos primeiros livros a abordar a influência da mídia na política externa, *The Press and Foreign Policy*, Cohen (1963) promove o conceito muito relevante de *agenda setting*, isto é, o poder de agenda da imprensa que corresponde a capacidade dos meios de comunicações de vincular certa importância a dado fato, mesmo que ele não esteja “em alta”. Nesse sentido é importante perceber o efeito de persuasão da mídia no que tange a hierarquização dos fatos. Cohen (1963) coloca a mídia como sendo um definidor de agendas que deve receber atenção dos tomadores de decisão, mas não necessariamente estes irão responder a essas demandas. Entretanto, Baum e Potter (2008) argumentam que é a assimetria na recepção e retenção de

informação advinda da mídia que dita a relação entre os líderes e o público dentro do mercado de política externa.

Esse desequilíbrio, segundo Bennet (1990) e sua Teoria da Indexação, tende a favorecer líderes, uma vez que diante de um público mal informado, a mídia passa a transmitir mensagens da elite e, conseqüentemente, acaba por responder mais às preferências dos líderes do que a do público. Dessa maneira, o público é informado em partes e os líderes têm maior liberdade para demandar e usar as informações. Porém essa teoria acaba ignorando a dinâmica do mercado, que pode acabar mudando e deixar de favorecer líderes e passar a favorecer o público. Nota-se que a mídia depende, sobretudo, dos líderes para o acesso à informação, para o fornecimento do produto dentro do mercado de política externa. Todavia, a mídia permanece atenta às demandas do público, que por sua vez, está atento ao que não está enquadrado na mídia. Essa dinâmica de resposta e reação às demandas é essencial na questão da política externa.

Entretanto, apesar do pensamento difundido que a missão principal dos meios de comunicação seja o de transmitir informação, esta não tem o intuito de remediar possíveis desigualdades de informações, ou seja, debater acerca dos temas mais diversos. Em contrapartida, tende a exacerbar a tendência ou o assunto predominante. Isso acontece porque a mídia responde às demandas do mercado e, para isso, precisa cobrir de acordo com o quadro dominante do momento. Grande exemplo disso é o Efeito CNN, que “corresponde a um ciclo de informações 24 horas, transmitindo drama e imagens vívidas, no intuito de prender a atenção do consumidor de informação” (BAUM e POTTER, 2008). O Efeito CNN surge numa onda de necessidade de informações instantâneas e de demanda por respostas mais rápidas e eficazes. Dentro do mercado da política externa, poderia mudar o equilíbrio de mercado em favor do público, haja vista fornecer informações de maneira célere e, portanto, atrapalhando o quadro de informações montado pelas elites. Destarte, a desvantagem informacional do público inclina-se a uma diminuição à medida que há o aumento da velocidade e do volume de notícias.

Isso posto, Schulz (2013) subdivide a relação entre mídia e política externa em duas escolas de pensamento: a primeira que aborda a mídia como um elemento forte e ativo, argumentando que ela tornou-se um ator dominante dentro da formulação de política externa, sendo exemplificado pelo poder gerado pelo Efeito CNN; e, uma segunda perspectiva que trata a mídia como um meio fraco e passivo, tendo como embasamento proeminente a Teoria de Indexação de Bennet (1990), já citada. Essa classificação pode ser apresentada, de maneira geral, a partir do exame do Modelo Pluralista, que argumenta a dispersão do poder em vários

grupos sociais. Nesse viés a mídia é posta como independente da influência política, podendo exercer seu papel de protagonismo. Por outro lado, o Modelo de Elite afirma que o poder é concentrado nos grupos de elite e que só eles seriam capazes de dominar a política e sociedade, sendo os demais atores irrelevantes.

Assim, ao longo da história o papel da mídia se tornou diverso, seja em relação à aplicabilidade dentro das Relações Internacionais, quanto no subcampo de Análise de Política Externa. Um dos conceitos primordiais é o de *gatekeeper*, proposto por White (1950), que ao retratar a mídia como um promotor de histórias, a delinea como “porteiro de conteúdo”, uma vez que selecionam, interpretam e compartilham as informações. Ao se fazer referência ao conceito de *gatekeeper*, nota-se uma aproximação dos campos da comunicação política e da sociologia jornalística, através da qual a imprensa tem a prerrogativa de fazer a seleção dos temas noticiados e as abordagens empregadas nela. Isso significa que os veículos não podem noticiar todo o universo de acontecimentos e os leitores, por sua vez, confiam na habilidade de decisão deles do que seria importante o suficiente para virar notícia. Outro conceito é o de *agenda-setting*, que se caracteriza como uma consequência, muitas vezes de forma não intencional da cobertura jornalística daquilo que não pode ser desprezado.

Através de sua seleção diária e exibição de notícias, os meios de comunicação moldam as nossas perspectivas do mundo e direcionam a nossa atenção, influenciando nossos pontos de vista sobre quais são os tópicos importantes do dia. É esta capacidade da imprensa de influenciar a percepção da relevância sobre os temas que tem sido chamado de agenda-setting da imprensa. Em suma, enquanto a imprensa não pode, talvez, nos dizer o que pensar, ela é extraordinariamente bem sucedida em nos dizer sobre o que pensar. (MCCOMBS, Maxwell; LLAMAS, Juan Pablo; LÓPEZ-ESCOBAR, Esteban; REY, Frederico. 1977, p.90, tradução nossa).

Nesse sentido, foi esperado que a era da mídia fosse promotora da diminuição da desvantagem informacional, ao facilitar ao público o acesso às notícias. Entretanto Baum e Potter (2019) argumentam que os meios midiáticos acabam por dificultar o processo de convergência de informações. Nessa perspectiva, a mídia teria o poder de influenciar a escolha das informações, diante da ênfase dada a certos assuntos a serem veiculados a fim de decidir o que a opinião pública pode ver, sentir e reagir (HERMAN e CHOMSKY, 1988). Assim, citando o exemplo do Efeito CNN, as mídias estariam ocupando “horas extras” com debates sem fundamentação e repetitivos. Portanto, essa geração de informação fragmentada contribui para o fenômeno da desinformação (BAUM e POTTER, 2019).

Essa tentativa de definição de como pensar sobre dado tema e assunto, como interpretá-lo se volta ao conceito de *framing*. Segundo Entman (1993) esse fenômeno

corresponde a seleção das notícias e qual ênfase vai ser dado naquela notícia, assim o enquadramento corresponde a

[...] selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto de comunicação, de tal forma que promova uma definição particular de um problema, interpretação causal, avaliação moral, e/ou recomendação de tratamento para o item descrito (ENTMAN, 1993, p. 52, tradução nossa).

Ele possui quatro características: (i) definição da problemática; (ii) diagnosticar as causas que geram o problema; (iii) faz julgamentos morais, avaliando as causas e os possíveis efeitos; (iv) por fim, sugere soluções e justificativas para o fim do problema e suas prováveis consequências. Portanto, a mídia, por meio do framing, apresenta esquemas de como os leitores devem interpretar os eventos

Essa fragmentação da informação seria responsável pela criação de silos e bolhas epistemológicas que dificultariam a execução da Política Externa em quatro pontos principais:

na dificuldade de suporte dos partidos para o engajamento dos militares; seria mais difícil a concordância de dois pólos em situações de fracasso; risco de uma mudança drástica na política externa de um governo para o outro; e, aumento na vulnerabilidade do sistema político para a intervenção de terceiros. (BAUM e POTTER, 2019, p 41., tradução nossa).

Em consequência desse cenário, vê-se um colapso dos bens comuns de informação, um desgaste do papel da mídia como um meio neutro e aumento da desconfiança do público.

Assim, na conjuntura atual é impossível desassociar a importância da mídia e seu impacto dentro da formulação da política externa. Segundo Gilboa (2001), existe hoje um novo tipo de diplomacia diferente da clássica pública e de Estado, que se chama diplomacia midiática, “cuja sociedade de informação age de modo que as influências de conglomerados comunicacionais atuem nas negociações internacionais. Não podendo negar que seja no âmbito pragmático da política externa quanto no estudo acadêmico, a mídia consiste de fato em um ator importante da política externa.”

Para tanto, após discutir o entendimento entre mídia e política externa, o presente trabalho, no seu desenvolvimento, tem como intuito de focalizar na Política Externa Brasileira. Após essa contextualização, objetiva-se compreender a relação entre mídia e política externa à luz do contexto brasileiro, debruçando-se na relação bilateral China-Brasil.

2.1 SISTEMA MIDIÁTICO BRASILEIRO

Como exposto anteriormente, a mídia é um dos atores influentes no estudo da política externa. Para tanto, é necessário compreender o mercado midiático brasileiro, para assim poder analisar como ele representa as relações bilaterais com a China. Como sua historicidade, formação e valores podem influir na forma que as notícias são expostas em cada jornal e seu posicionamento sobre determinado tema.

Burity (2013) argumenta sobre o debate entre a separação da mídia e do Estado, observando um jogo complexo na relação entre eles. Tal realidade demonstra a importância dos meios de comunicação como atores do jogo político, uma vez que, possuem relacionamento com o governo e influência sobre a opinião pública. Dessa maneira, fica claro que a mídia é um componente primordial no processo de tomada de decisão ao ser esse canal de informação influente na formulação de políticas (FERREIRA e CUNHA, 2021).

Inicialmente, os meios de comunicação eram vistos como pouco diversos e de curto alcance, entregando sempre a mesma informação, por serem restritos a certos temas. Entretanto, com a popularização da comunicação, principalmente, no século XX, devido a esse *boom* nos meios de transmissão de informação e ao desenvolvimento tecnológico, as pessoas passaram a ter a oportunidade de poder escolher a qual notícia teriam acesso. Segundo Herman e Chomsky (2008), os meios de comunicação servem como: “um sistema de comunicação de mensagens e símbolos para a população; é sua função divertir, entreter e informar, além de apresentar valores, crenças e códigos que serão integrados nas estruturas institucionais da sociedade”.

Analisando, especificamente, os meios de comunicação brasileiros, pode-se conceber aspectos intrínsecos do mercado de mídia do país. Para compreender tal afirmação, Azevedo (2006) ao se utilizar do modelo apresentado por Hallim e Mancini (2004), caracteriza o sistema de mídia brasileiro como o sistema mediterrâneo ou pluralizado político. Para caracterizar um sistema midiático:

Os autores definiram quatro dimensões analíticas: mercado de mídia, paralelismo político, desenvolvimento do jornalismo profissional e o grau e natureza de intervenção estatal no campo da comunicação. Em relação ao sistema político, os autores elegeram como dimensões fundamentais: a história política, o modelo democrático adotado, os valores políticos, as funções do Estado e a presença de regras do tipo legal-racional nos processos de regulação e governança. (AZEVEDO, 2006, p. 2).

Dessa maneira, o enquadramento brasileiro é marcado pelo “monopólio familiar, propriedade cruzada na formação de grandes grupos midiáticos, pequena diversidade externa somada a um viés conservador, pouca circulação, baixo número de leitores e orientação para elites”.

Herman e Chomsky (2008) elencam quatro filtros para entender o modelo de propaganda, e portanto, a forma como os meios de comunicação funcionam. O primeiro seria o *tamanho, propriedade e orientação para o lucro da mídia de massa*, que corresponde a limitação da propriedade da mídia pelo grande investimento, ou seja, analisa como a dominação das grandes empresas de mídia afetam as escolhas de notícias, diante de possíveis restrições por parte dos proprietários em relação a sua orientação ao lucro de mercado. O segundo filtro, muito debatido nos dias atuais, é a *publicidade*, “em que a mídia de sucesso atual está totalmente sintonizada com a importância crucial da qualidade da audiência” (HERMAN E CHOMSKY, 2008, tradução nossa). Dessa forma, a publicidade serve para deixar a margem as empresas que dependem tão somente das receitas das vendas.

O terceiro filtro são as *fontes de notícias da mídia de massa*. É evidente que os meios de comunicação são atraídos por uma relação entre as poderosas fontes de informação e a reciprocidade de interesses. Assim, a economia vai determinar onde a grande mídia deve concentrar seus recursos, isto é, onde as notícias importantes ocorrem, como as fontes governamentais. Para se ter a consolidação da sua posição como fonte preeminente, os promotores de notícias do governo e de negócios fazem grandes esforços para continuarem a serem as fontes de notícias; como fornecem às organizações de mídia, locais para se reunir, agendam coletivas de imprensa, portanto as entidades que fornecem esse subsídio, acabam por se tornar fontes de notícias rotineiras.

O *flak* corresponde às respostas negativas a uma determinada declaração da mídia, podendo ser através de cartas, petições e ações judiciais. A capacidade de produção do *flak* está relacionado ao poder, uma vez que é caro e ameaçador; para tanto o próprio governo é um grande produtor de *flak*, uma vez que, está sempre “corrigindo” a mídia. O quarto filtro diz respeito ao *anticomunismo como mecanismo de controle*, esse mecanismo alcança, através do sistema, uma grande influência nos meios de comunicação de massa, haja vista a ideologia de ajudar a mobilizar a população contra um inimigo ajuda a manter a posição de classe e status superior. Por fim, tem-se o filtro da *propaganda*, que intimamente está ligada aos interesses da elite, sendo assim a mídia de massa não permitirá que as histórias que tragam prejuízo a grandes interesses fiquem muito tempo no ar. Isto posto, pode-se afirmar que “os cinco filtros estreitam o leque de notícias que passam pelos portões e limitam ainda mais o

que pode se tornar ‘grandes notícias’, sujeitas a campanhas de notícias sustentadas”. (HERMAN e CHOMSKY, 2008, tradução nossa).

Lippmann (1998) argumenta em seu livro *Public Opinion* o papel da imprensa na formação da opinião pública. A problemática para ele, é que os cidadãos formam suas opiniões tomando como fato não a realidade em si, o fato, mas o que ele imagina qçue seja verídico. Haveria então uma falsificação da realidade ou, o que ele chama de “pseudo-ambiente”, que são criados, por sua vez, pela ajuda da imprensa. A questão, entretanto, é o fato dos leitores não conseguirem discernir entre a “verdade” e as “notícias”. “Ademais, os leitores esperam que os jornais os sirvam com a verdade, não importando o quão pouco rentável a verdade seja (BORBA,2016). E é aqui que Lippmann cruza com o pensamento exposto por Herman e Chomsky, em que a circulação é o meio para o fim, que seria a venda de publicidade, diante do fato de que os leitores dos jornais só podem se capitalizar quando estão em circulação e, dessa maneira, podem vender os espaços nos jornais para anunciantes. Portanto, é voltada para as opiniões desse público que a imprensa gira, diante de qual comprador gera maior renda, e assim há um enquadramento de informações que respondam às exigências dos líderes e do público

Explicada as particularidades que guiam as grandes mídias de massa, pode-se repousar no entendimento da história do sistema de mídia brasileiro. Logo, quatro características específicas são fundamentais para tal análise: o surgimento tardio da imprensa, baixa circulação dos jornais, orientação para as elites e a centralidade da televisão no sistema de mídia. Enquanto colônia portuguesa, o Brasil se viu bastante isolado do mundo, por meio das políticas restritivas impostas, sendo uma delas a própria proibição da impressão de jornais no território brasileiro. O primeiro jornal que surge é o Correio Braziliense, em 1808, todavia, ele era editado e distribuído a partir de Londres. A partir de 1821 surgem novos jornais, sendo muito ligados aos liberais e à maçonaria. Apenas entre os séculos XIX e XX, é que a imprensa brasileira começou enfim a ter uma estrutura mais empresarial, redefinindo as relações dos jornais com a política e originando o que ficou conhecido como a “grande imprensa” centralizada no eixo Rio-São Paulo (SODRÉ, 1999). Inclusive nessa época que grandes jornais, conhecidos até a atualidade, são criados, como o Estado de S. Paulo e o Jornal Brasil - criados nos últimos anos do século XIX - seguidos pelo surgimento do *O Globo* e a *Folha de São Paulo*, em 1925. Segundo, expressa por Ruy Barbosa no seu texto *A Imprensa e o dever da verdade*, publicado em 1920:

A imprensa é a vista da nação. Por ela é que a nação acompanha o que lhe passa por perto e ao longe, enxerga o que lhe malfazem, devassa o que lhe ocultam e tramam, colhe o que sonham ou roubam, percebe onde lhe alvejam ou nodam, mede o que

lhe cerceiam ou destroem, vela pelo que lhe interessa, e se acautela do que a ameaça.(BARBOSA, Ruy, 1957).

Só com o surgimento do rádio em 1920 e com sua popularização que se teve início a era da comunicação de massa. A partir da década de 1930 há uma acelerada expansão da mídia no país (MIGUEL, 2000). Ainda segundo esse autor, dois processos são cruciais para esse deslanche: a formação dos Diários Associados, na década de 20, e a Rede Globo, após o golpe militar de 1964. Entretanto, “o processo de formação de um mercado de massa foi demorado e só se completaria com a chegada posterior da televisão, na década de 1950, e a criação e expansão das redes nacionais de rádio e televisão na década de 1970” (AZEVEDO, 2006). Portanto, apenas na década de 80 que se pode afirmar que o sistema de mídia ganhou o escopo de uma indústria de massa em si.

Até o início dos anos 2000, os meios de comunicação eram ‘atores secundários’ nas questões de política externa. Eles raramente mostraram uma agenda própria. Na melhor das hipóteses, o que eles fizeram foi fornecer uma plataforma para que atores individuais, tais como políticos, empresários, e até mesmo diplomatas, pudessem expressar suas opiniões sobre acontecimentos ou decisões específicas que envolvessem o serviço diplomático. As linhas editoriais de jornais, independentemente do seu alinhamento (ou simpatia) com as ideologias políticas ou governos específicos, em geral deram pouca atenção à política externa. (CASARÕES, Guilherme, 2012,p. 219).

Decerto, o processo de identificação da construção do discurso apresentado pela imprensa brasileira foi uma tarefa complexa, ainda mais diante dos vários momentos passados, até chegar ao jornalismo tido como ‘moderno’. Um desses momentos foi o período do regime militar que foi caracterizado pela censura à imprensa, mas em contraponto ao cenário autoritário, viu-se uma forte expansão do sistema de mídia, pela ascensão da televisão, como o principal veículo de massa, além da modernização dos jornais. Nesse contexto, "a imprensa escrita evoluiu de um apoio entusiasmado à implantação do regime militar para uma oposição liberal e moderada, porém crescente, ao regime militar” (AZEVEDO, 2006), um dos jornais que trilhou esse caminho foi o Folha de São Paulo e O Estado de S. Paulo. Dessa maneira, a aproximação uma vez existente diante da aproximação com os ideias impostos durante o regime militar, gradativamente, os jornais tentavam se desvincular.

Com o início da abertura política, que abriria caminho para a revogação dos atos institucionais e a lei da Anistia, para o retorno do multipartidarismo e as eleições diretas para governos estaduais, a grande imprensa brasileira passou a ampliar seus conceitos de liberdade e a capacidade de propor agendas que permitissem uma reflexão da sociedade e, portanto, fomentam a formação de uma política pública. O retorno à democracia realocou o sistema de

mídia em face ao sistema político, ainda que ele continuasse com suas características gerais mesmo com o passar do tempo. Entretanto, algumas mudanças puderam ser notadas diante da mudança de comportamento necessária pela mídia para enfrentar esse novo cenário de democracia. Uma dessas mudanças foram as políticas comerciais e de marketing agressivas, realizadas sob um cenário de competição comercial existente entre os principais jornais de circulação nacional. Essa nova configuração editorial permitiu uma maior valorização do jornalismo informativo, sobre o jornalismo opinativo, o que fortaleceu a diversidade interna dos grandes jornais, uma maior para debate de temas conflitantes e, portanto, uma cobertura mais equilibrada.

Gilboa (2009) destaca essa mudança de influência, em que, nas últimas décadas, pode-se notar uma redução do poder de influência do Estado às informações veiculadas, na medida que atores não estatais e indivíduos passaram a ser mais participativos nos assuntos internacionais. Nye (1990), entretanto, aponta inclusive a mídia como um mecanismo dentro do *soft power* dos governos, deixando de lado sua capacidade de autonomia. Sendo esta uma visão que tem sido reconsiderada dentro das Relações Internacionais, principalmente com o desenvolvimento da diplomacia midiática, cuja mídia passa a desempenhar papel atuante nas discussões sobre eventos e fenômenos internacionais. Shaw (1979) assegura que os efeitos da mídia sobre a sociedade corresponde ao resultado primordial do trabalho da imprensa de informar sobre oportunidades, avisá-los sobre perigos reais no ambiente interno e no resto do mundo, por meio da descrição do que acontece além das fronteiras, a mídia apresenta uma lista de temas sobre o que pensar e debater.

Desde então, a mídia assumiu um papel primordial, e até mesmo decisório, na política brasileira, como no caso do impeachment de Collor, em que a mídia toma papel protagonista no episódio. “Nessa dinâmica marcada basicamente pelo jornalismo investigativo, a mídia brasileira mimetiza a função clássica do cão-de-guarda (watchdog) da teoria liberal do jornalismo assumindo o papel de vigia e fiscalizador do sistema político” (AZEVEDO, 2006). Uma vez que a democracia pressupõe a participação das opiniões dos cidadãos, na formação e determinação da vida política, incluindo também as diretrizes da política externa. Portanto, a capacidade do público de reter informação e formular opiniões é primordial para o funcionamento da democracia (BAUM, POTTER, 2008).

Na política externa, várias mudanças inter-relacionadas na política, nas próprias Relações Internacionais e na comunicação ampliaram e mudaram o papel da mídia dentro diplomacia e no processo de globalização (GILBOA, 2002), como pode ser citado de exemplo as denúncias de espionagem do governo norte americano ao Brasil, em 2013.

(...) diplomacia pública, onde o estado e atores não estatais usam a mídia e outros canais de comunicação para influenciar a opinião pública em sociedades estrangeiras; na diplomacia na mídia, os funcionários usam a mídia para se comunicar com atores e promover a resolução de conflitos; e na diplomacia feita pela mídia, os jornalistas assumem temporariamente o papel de diplomatas servindo como mediadores nas negociações internacionais. (GILBOA, 2001, p.4, tradução nossa.)

No Brasil, a percepção da importância da mídia como um ator preponderante no sistema internacional, se deu a partir do Governo Lula (2003-2010), quando houve uma integração entre as pastas da Comunicação e Relações Exteriores. Assim, o governo compreendeu a relevância do uso da diplomacia midiática e passou a usá-la no intuito de modificar a imagem do Brasil dentro do cenário internacional. Isto posto, passou-se a ser adotado um novo modelo que combinava a mídia, com uma agenda internacional, concedendo ao país um protagonismo. Dessa maneira, um dos principais efeitos do uso dessa diplomacia presidencial através da cobertura de imprensa foi a maior importância dada aos assuntos de política externa para os jornais. Assim, questões antes restritas a um determinado círculo burocrático passaram a atingir um maior número de pessoas de diferentes áreas da sociedade.

Até 2003 não existia uma política de comunicação social bem pensada, não havendo um planejamento que considerasse as excepcionalidades dos diversos segmentos de mídia nacional, como: “imprensa das capitais, do interior, os meios de comunicação popular e a Internet” (BURITY, 2012). Para tanto, a nova metodologia permitiu um maior contato entre a estrutura do governo, como ocorreu com o” Ministério das Relações Exteriores que incorporou os canais de comunicação com os demais atores estatais e, também os não-estatais” (CIRINO, LEITE, NOGUEIRA, 2017).”Os meios de comunicação são, neste caso, dispositivos importantes para sustentar no centro tanto a posição constitucional quanto política. No entanto, onde o poder político é amplamente disperso, os meios de comunicação servem a um conjunto diferente de propósitos”(BORBA, 2017). Dessa forma, como alegado por Cohen (1963), a imprensa pode ser um meio facilitador na administração, como também pode ser usada contra ela.

O ponto chave é notar a imprensa como um ator capaz de dialogar com Executivo, e com seus temas de política externa. Estudos apontam a imprensa como um agente com potencial autônomo, todavia não há uma conformidade entre os analistas de imprensa e os operadores de política externa acerca da autonomia. Uma das afirmações parte do pressuposto que as opiniões expressas pelos meios de comunicação são narradas pela elite governante local, diante da habilidade de manipulação da informação e da cobertura de imprensa e a realidade de que os editores e jornalistas de maior prestígio e, portanto, de maior influência,

são membros da elite do país. Dessa forma, a imprensa vai sempre refletir o consenso de um grupo dominante, indo de oposto a uma imprensa crítica de políticas de governos.

Um fator que deve ser levado em conta que pode interferir na capacidade da imprensa em influenciar a condução da política externa é o pulso com que o Executivo, representado pelo Ministério das Relações Exteriores, justifica suas decisões sobre os temas em vigor. Uma política bem delimitada tende a ser mais imune ao bombardeio feito pela mídia, que por mais que venha ser constrangida não vai ser capaz de mudar a política imposta (CERQUEIRA, 2005). Outro aspecto primordial é o diálogo entre o Executivo e a imprensa do que seria sucesso e fracasso. Segundo Cerqueira (2005) não é o Itamaraty que determina o que é sucesso e fracasso nas relações com outros Estados, esse julgamento é feito pela mídia, que está constantemente analisando erros e acertos da diplomacia brasileira. Quando esse juízo de valor é feito, a chancelaria brasileira tende a responder a interpretação da mídia, reafirmando o diálogo existente entre o Executivo e a imprensa.

Logo, mais uma vez se tem o indício de que os veículos de comunicação não apenas se pautam por outros meios além da informação e do interesse oficiais, como também de que eles podem desempenhar papel crítico em relação à política externa do país e que suas posições são levadas em consideração pela chancelaria. (CERQUEIRA, 2005, p. 11).

Diante do exposto, atualmente três são os jornais de maior alcance nacional, sendo eles: O Globo (305.959 assinaturas), Folha de São Paulo (299.899 assinaturas) e o Estado de S. Paulo (154.821 assinaturas), nessa ordem, levando em conta os dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC)², referente à circulação digital. Dias (2019) alega que mesmo desde a retomada da democracia, essas grandes empresas se articularem de forma diverso em relação aos sistemas políticos, ainda há uma presença da tradição conservadora que muitas vezes é “diluída sob o pretexto de que estes se pautam, acima de tudo, pelo viés da objetividade, da pluralidade e do apartidarismo em relação à política nacional” (DIAS, 2019, p. 475).

Para tanto, pode-se afirmar a existência de fato, da construção do “quarto poder” em torno da imprensa brasileira, tendo realmente um papel de poder político ativo, indo além de uma contribuição meramente de um ator para equilibrar os outros três poderes, mas reivindicando dado poder de até de interventor, com o intuito de preservar a ordem pública. O exemplo de Collor, previamente citado, se torna um marco no processo de maturidade política

² Dados disponíveis em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-em-2021-impresso-cai-13-digital-sobe-6/>. Acesso em: 07 maio 2022.

da imprensa brasileira, em que assume um papel de protagonismo na política brasileira, persuadindo os rumos do país.

Diante desse contexto midiático brasileiro, será analisado, como essa mídia tradicionalmente homogênea e conservadora lida com o processo exponencial da China no cenário mundial. Assim, será visto como um país comunista é retratado pelas páginas dos grandes editoriais brasileiros no seu processo de inserção na economia internacional até se afirmar como *player* global influente nas relações internacionais.

3 POLÍTICA EXTERNA SINO-BRASILEIRA

O estudo em si da política externa narra uma constante história sobre a relação entre Estados, instituições e os povos dentro de um sistema internacional dinâmico. A abordagem tradicional da política externa associa Estados e outros atores do sistema internacional num sentido de projetar seus interesses e propósitos internos para a arena internacional. Dessa maneira, a política externa tem sido descrita como a interação entre vários agentes políticos com necessidades e desejos específicos, bem como pelas estruturas formadas através de relacionamentos dos Estados, organizações, entre outros (LANTEIGNE, 2016, apud QUINZANI, p.35).

Antes de aprofundar nas relações bilaterais entre China e Brasil em si, é importante ater-se às características históricas que guiam a política externa brasileira, como uma maneira de se entender mais a fundo os porquês de certos alinhamentos e condutas. A política externa brasileira tem buscado certos objetivos centrais há anos, metas essas a longo prazo, que visam atingir o objetivo de tornar o Brasil um *player* global relevante e ser um país que tenha a diplomacia como instrumento para atingir maior desenvolvimento e autonomia internacional. O fim da Guerra Fria trouxe um cenário propício para o cumprimento dessa agenda histórica.

A agenda diplomática histórica brasileira possui características, sendo a *continuidade* uma das principais, cuja maioria dos elementos dessa continuidade da política externa brasileira, apresenta-se como o legado do Barão do Rio Branco, considerado o “pai” da diplomacia brasileira. Primeiramente, há uma constante busca pela *autonomia* no cenário do discurso da política externa brasileira, muito bem posto por Fonseca Jr. (1998) “um desejo de influenciar a agenda aberta com valores que traduzem a tradição diplomática e a capacidade de ver a ordem internacional com os próprios olhos e novas perspectivas”. Ao lado da autonomia, encontra-se a busca pelo *desenvolvimento*, materializando-se na política pública voltada a traduzir necessidades domésticas em possibilidades externas. (LAFER, 2001).

Em 1963, o então ministro das Relações Exteriores Araújo Castro, em um discurso, afirmou que o Brasil tinha três objetivos importantes na arena internacional: desarmamento, desenvolvimento e descolonização. Décadas depois, em uma abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas, Celso Amorim apresentou a versão reformada dos “3D’s”, atualizando a agenda brasileira para o momento pós Guerra Fria: desarmamento, desenvolvimento e democracia (CORREIA, 2013).

Dessa forma, entre as décadas de 1980 e 1990, mudanças na realidade enfrentadas pela política externa brasileira resultaram em uma politização desta. Foram quatro os

determinantes para essa renovação: a intensificação do processo de globalização; a liberalização econômica; o fim da Guerra Fria; e a liberalização política, diante dos processo de redemocratização que passava o país (LIMA, 2000; PINHEIRO, 2009, *apud* BORBA, 2016). A intensificação da globalização gerou um processo interno, em que as repercussões iam além das fronteiras nacionais, o que permitiu uma maior interação entre os atores. Almeida (2016, p. 2) vai mais além e afirma que “[...] o que se logrou, no limiar do século XXI, foi o fim da Geografia’, com a eliminação progressiva e o virtual desaparecimento de algumas das fronteiras políticas que impediam, até aqui, a unificação efetiva dos mercados globais”.

Rosenau (2006) discute que toda pré-teoria de política externa possui cinco conjunto de variáveis: (i) individuais; (ii) governamentais; (iii) funções; (iv) sociais e (v) sistêmicas. O primeiro grupo abrange as características em si dos tomadores de decisão, que ditam a política externa do Estado, enquanto o segundo grupo de variáveis diz respeito ao comportamento que é exterior aos tomadores de decisão. O terceiro conjunto são as variáveis governamentais, ligadas às estruturas de governo, que limita ou expande as escolhas dos tomadores de decisões. Já as variáveis sociais correspondem aos aspectos não governamentais, que acabam por influenciar o comportamento externo do país. Por fim, as variáveis sistêmicas abrangem os aspectos tidos como “não-humanos” do ambiente externo de uma sociedade, cujas condições podem influenciar ou não as escolhas dos tomadores de decisão (ROSENAU, 2006).

A segunda metade da década de 1980 foi importante para o Brasil trabalhar seus objetivos de longa data, buscando assim uma aproximação das organizações internacionais. O fim da Guerra Fria foi responsável por uma série de mudanças no plano internacional, como o fim da bipolaridade. Essa mudança de estrutura permitiu a formação de uma agenda internacional mais abrangente, incluindo temas em meio ambiente, direitos humanos, uma vez que novos atores passaram a gozar da possibilidade de uma maior autonomia internacional, incluindo o Brasil. No cenário interno, o fim da Guerra Fria e a intensificação da globalização serviram de terreno para a liberalização econômica, iniciada na década de 1990, somando a isso o retorno da democracia no país. As demandas assim, antes controladas pela atividade política do regime ditatorial, que impossibilitava essa participação ativa dos setores da sociedade, aos poucos passaram a ganhar agenda e força de política pública, incluindo a política externa.

[o] primeiro processo [liberalização política] induz à descompressão das demandas da sociedade sobre o sistema político, à politização do processo de formação de políticas públicas e à redistribuição dos direitos de propriedade sobre o processo decisório na

direção da ampliação do controle popular sobre o processo legislativo. A liberalização econômica, contudo, implica a retirada da proteção pública prévia, à exposição dos agentes à competição do mercado e uma redefinição dos direitos de propriedade da esfera pública para o mercado. Aquilo que anteriormente era objeto de decisão e alocação pública, a partir do voto da maioria, passa a ser decidido agora no mercado. (LIMA, 2000, p. 265-266).

No início do século XXI mais uma mudança surge diante dos desafios enfrentados pelas grandes potências europeias e os Estados Unidos, o que abriu margem para o fenômeno da ascensão dos países emergentes. “Enquanto os tradicionais centros de poder e influência enfrentavam enormes dificuldades, novos países do chamado ‘Sul Global’- incluindo o Brasil- atraiu a atenção internacional (TIBAU, 2016, tradução nossa). Segundo Benachenhau (2013), o perfil de um país emergente é:

um país que conseguiu diversificar sua economia, desenvolvendo principalmente produtos de maior demanda no mercado mundial; que frequentemente goza de uma intermediação financeira eficiente com uma indústria bancária eficiente e um mercado de capitais dinâmico; que tem uma forte base agrícola (...); que tem uma abertura política- muitas vezes seletiva, mas evolutiva- que lhe permite colocar-se em um regional e/ou global divisão do trabalho e que impulsiona o crescimento com suas tecnologias, seus mercados e seus capitais, garantindo um notável fluxo de investimento estrangeiro e crescimento internacional destinado a exportações. (BANACHENHOU, 2013, p.199 apud TIBAU, 2016, p.13, tradução nossa).

Somado a esse sucesso econômico, os países emergentes, inclusive a China, passam a buscar uma postura mais assertiva e o desenvolvimento de uma diplomacia mais pragmática. Analisando essa combinação de crescente poder econômico juntamente com a ação diplomática, alguns estudiosos chamaram esse tempo de “crise da potência”, que seria uma consequência do centro de gravidade dinâmico movendo do oeste para o leste - que será visto com a ascensão da China como um imprescindível *player* global - ligado a um fraco desempenho dos Estados Unidos domesticamente e no exterior, além de um “despertar político” global (BRZEZINSKI, 2012).

Esse cenário descrito pode ser visto sobre duas óticas distintas, embora relacionadas. A primeira é o papel mais firme dos países emergentes nas organizações internacionais, ao alegarem que essas instituições estariam obsoletas, uma vez que foram projetadas para uma velha ordem mundial, já não representando a atual distribuição internacional do poder. O segundo pensamento foi o estabelecimento de novos fóruns internacionais, compostos por países do Sul Global.

É impossível compreender a política externa brasileira no pós Guerra Fria sem levar em consideração a dinâmica interna, mais especificamente as transformações que estavam ocorrendo. Com a mudança do sistema político, quando, em 1985, chegou ao fim o governo

militar, no poder desde o golpe de 1964, e inicia o período conhecido como “redemocratização”. Ao passar de uma diplomacia pautada pela “autonomia pela distância”, para uma “autonomia por participação”, seu sucesso seria garantido através da democracia. No entanto, é defendido por alguns autores, como Milani (2015) que foi apenas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva que o Brasil passou a adotar uma diplomacia com uma narrativa de denúncia das assimetrias internacionais e de uma demanda por reconhecimento. Algumas das diretrizes que guiaram a política externa deste governo foram: “a busca de um maior equilíbrio global, suavizar o unilateralismo dos Estados Unidos; fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais, visando aumentar o peso do Brasil nas negociações internacionais; expansão e aprofundamento das relações diplomáticas; e evitar acordos que possam ameaçar a economia e desenvolvimento a longo prazo” (VIGEVANI e CEPALUNI, 2007).

No que tange o início das relações bilaterais, entre Brasil e Ásia, nas décadas entre 1950 e 1970 não se pode afirmar haver um relacionamento entre as duas regiões. “Apesar de presente em discursos, constata-se, na realidade, somente uma interação no plano multilateral, de construção de uma agenda comum a países em desenvolvimento, no processo de defesa de instauração de uma nova ordem econômica internacional” (OLIVEIRA, 2004). O Brasil, durante os anos de 1960, buscou uma aproximação com a China afirmando que as diferenças ideológicas não deveriam impedir um relacionamento entre os dois. Entretanto, com a instauração do regime militar brasileiro, em 1964, o governo se afastou da política externa praticada previamente, a *política externa independente*, passando a se alinhar com as potências ocidentais, diante do *alinhamento automático* com os Estados Unidos. Portanto, há o rompimento sobre a alegação de ideias discriminatórias e repúdio ao comunismo.

Assim, até a década de 1980, pode-se afirmar não se ter um relacionamento concreto entre os dois países. Do lado chinês, o país nas décadas de 1960 e 1970, encontrava-se relativamente em uma economia fechada, porém galgava desenvolver uma diplomacia estratégica de governo a governo, prometendo o respeito do princípio de não intervenção. Dessa forma, interessava à China encerrar o seu isolamento no sistema internacional, o que foi permitido com a obtenção do assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (ONU) em 1971 e uma dada aproximação com os Estados Unidos.

Para tanto, após o restabelecimento das relações diplomáticas entre os dois países em 1974, a parceria sino-brasileira passou a ter como objetivo uma ação conjunta avaliando tópicos de interesses comuns voltados para o desenvolvimento dentro da agenda internacional. O Brasil, de maneira enfática, estava apostando na agenda do Terceiro Mundo e

viu na China, após retomar sua cadeira no Conselho de Segurança da ONU, um parceiro promissor para a defesa de interesses comuns. Nesse primeiro momento, nota-se objetivos grandes pelas duas partes: a vontade chinesa de prosseguir sua política nacional e o interesse brasileiro de alargar sua lista de parceiros comerciais e aumentar seu prestígio internacional (BECARD, 2011).

Apesar da vontade de ambas nações, as relações desenvolveram-se de maneira mais lenta nos primeiros anos, diante das mudanças que ocorriam no cenário chinês, assim como o Brasil, a China necessitava de recursos para fomentar as relações Sul-Sul. A primeira venda de açúcar brasileiro à China ocorreu no início da década de 70 por intermédio do ministro Pratini de Moraes, que “convenceu o presidente Médici de que a venda de açúcar não tinha nada a ver com política” (OLIVEIRA, 2004). A primeira assinatura de um Acordo Comercial entre Brasil e China, deu-se em 1978, foi um marco para essa evolução gradual da corrente de comércio entre os dois países, indo de US\$19,4 milhões, em 1974, para US\$202 milhões, em 1979.

Produtos primários como algodão, açúcar e farelo de soja figuraram entre os mais exportados para a China naquele momento (50% do total), enquanto, sobretudo, elementos químicos e farmacêuticos (67% do total) foram os produtos chineses mais importados pelo Brasil. A partir de 1978, o petróleo passou a representar mais de 95% dos produtos importados da China por brasileiros. (BECARD, 2011, p.3).

A década de 1980 levou a assinatura de mais de 20 atos bilaterais entre Brasil e China, abrangendo acordos básicos nas áreas de ciência e tecnologia, energia nuclear e cooperação cultural. As viagens à China dos presidentes João Figueiredo, em 1984, e de José Sarney, em 1988, marcaram o fechamento de um longo ciclo de dez anos, relativos ao estabelecimento formal das relações entre os dois Estados e o início de um novo ciclo, agora pautado na cooperação efetiva nas relações sino-brasileiras.

As mudanças sistêmicas advindas do fim da Guerra Fria, como a expansão do capitalismo internacional e a adaptação dos países à nova realidade da economia global, foram sentidas pelo Brasil. A China, por sua vez, na tentativa de recuperar a posição estratégica, enfraquecida com o fim do equilíbrio de poder e dar prosseguimento ao seu processo de romper com o isolamento e modernizar-se, ampliou seu método de reforma e de abertura ao exterior. Entretanto, no que tange às relações sino-brasileiras, continuava-se a ter vínculos comerciais medíocres. Portanto, tanto a China quanto o Brasil enfrentaram dificuldades de criar medidas eficazes para mudar o quadro e assim diversificar a pauta de exportação.

A década de 1990 é decisiva para o redirecionamento das estratégias brasileiras de inserção internacional. Ricupero (2017) comenta da preparação de um “Projeto de Política Externa para o Brasil”, no qual sustentava que essa política “deveria estar dirigida a facilitar a inserção do Brasil num contexto internacional marcado por profundas mudanças econômicas e políticas, de maneira a permitir superar nossos estrangulamentos econômicos e retomar o desenvolvimento”. Assim, a preferência antes dada pela política externa brasileira voltada a países desenvolvidos, foi dando espaço para novos elos com países em desenvolvimento, vendo neles um potencial cooperativo. Por conseguinte, as relações com a Ásia e a China, em especial, voltam a ser incentivadas e, ainda mais, priorizadas. Esse reposicionamento brasileiro pode ser analisado sob a ótica de um duplo interesse:

De um lado é motivado pela perspectiva de associar-se a uma região que se apresenta como um modelo de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico, com potenciais possibilidades de complementaridade ou parcerias. De outro, é um espaço que, politicamente, atende os objetivos brasileiros de relacionamentos bilaterais e de posições similares nos fóruns multilaterais, de forma a garantir as diretrizes brasileiras de autonomia e diversificação de parcerias. (OLIVEIRA, 2004, p. 15).

Destarte, o Brasil e China buscam elevar seu perfil de atuação internacional, visando reforçar de maneira explícita seu desenvolvimento econômico através do caráter complementar das indústrias, serviços, comércio e tecnologia (VISENTINI, 2012). Grandes empresas brasileiras, como Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), passam a buscar maior espaço no mercado chinês, participando de licitações para a construção de hidrelétricas na China. Além de se ter tido um aprofundamento da cooperação científica e tecnológica, por meio do projeto Cbers, que tinha por objetivo “o desenvolvimento e a operação em órbita de satélites de sensoriamento remoto”³, o que permitiu o desenvolvimento da produção de satélites sino-brasileiros.

A China mantém relações com países do terceiro mundo como uma forma de apoio para o desenvolvimento de suas economias nacionais e melhoramento das relações Norte-Sul, e para a expansão da cooperação Sul-Sul. Além de ter um profundo desejo de que os países do terceiro mundo reforcem a cooperação entre si e solucionem através de meios pacíficos suas hostilidades com negociações amistosas, impossibilitando as intervenções externas (DUQING, 1990).

No discurso da posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1995, definiu-se a Ásia como uma das prioridades da política externa brasileira. Houve, portanto, a aposta direta no vínculo com a China nas áreas comercial, de investimento, empresarial e de projetos que visassem ciência e tecnologia. Por conseguinte, a partir dos anos 2000 há um crescimento tenaz na corrente comercial dos dois países, que pode ser explicado também pelo fim do

³ Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em: <<http://www.inpe.br/faq/index.php?pai=17>>. Acesso em 11/04/2022.

Plano Real no Brasil e pela recuperação da Ásia da crise financeira. O aumento das compras chinesas no Brasil aumentou em 351,8% e em 106% das compras brasileiras no território chinês ⁴, o que rendeu a China tornar-se o quarto maior parceiro comercial do Brasil. As exportações brasileiras foram marcadas nos setores de: agropecuária (32%), mineração (21,6%), siderurgia (7,8%), celulose (5,3%) e óleos vegetais (9,1%), em 2004.

Os primeiros anos do século XXI foram caracterizados por um ótimo entendimento político entre os dois países, que respingou na superação das dificuldades anteriormente existentes quanto à ampliação das cadeias produtivas. De um lado, havia uma China mais forte, com maior destaque internacional, pautando sua política externa “a serviço da busca por mercados, capital, tecnologia, energia e matérias-primas estrangeiros, considerados elementos basilares do desenvolvimento chinês” (BECARD, 2011). Do outro, estava o Brasil com uma política externa toda remodelada durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, na tentativa de transformar o país em um *player* global relevante, através da construção de uma integração regional como uma nova maneira de se inserir na arena internacional e, assim, adquirir uma diversidade de parcerias.

É assim que, na minha opinião, o Brasil precisa proceder. Nós temos a América do Sul, nós temos a China, nós temos todo o mundo asiático, nós temos o Oriente Médio, nós temos a Índia e temos a África, e é uma obrigação política, moral e histórica nossa estreitar cada vez mais a relação com o continente africano, não podemos esquecer isso. (...) Tenho repetido que a América do Sul será prioridade em meu governo, pois estou convencido de que o desenvolvimento pleno do Brasil só será possível como parte da integração do continente como um todo. (...) E se temos uma vocação regional, somos também um país global. Da mesma forma que a integração nacional passa pela integração regional, estou convencido de que a aproximação com a Ásia e, em particular com a China, será decisiva para o Brasil realizar esse destino maior.⁵

Portanto, nota-se uma evolução e profissionalismo de ambos os Estados no “jogo” das relações internacionais, diante da busca de resultados mais benéficos para suas políticas de desenvolvimento. Consequentemente, foram assinados diversos acordos entre Brasil e China, como o acordo de equivalência sanitária, que permitiu ao Brasil exportar carne bovina e frango; foi criada uma *joint venture* entre a Companhia Vale do Rio Doce e a siderúrgica Baosteel chinesa; além, de uma parceria entre a Embraer brasileira e a empresa chinesa de aviação AVIC 2 (OLIVEIRA, 2006, p.6).

⁴ Agenda China. Ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras. Disponível em: <<https://www.cebc.org.br/sites/default/files/agenda-china.pdf>>. Acesso em: 11/04/2022.

⁵ Discurso do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade da Abertura do Seminário Brasil-China: “Um Salto Necessário” - BNDS, Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/arquivos/documentos/resenhas-de-politica-externo-do-brasil/resenha-n92-1sem-2003.pdf>>. Acesso em: 14 de abril de 2002.

Um ponto de inflexão importante foi a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, através de um protocolo negociado. Esse arranjo pragmático permitiu à China manter suas principais características do seu modelo de industrialização, enquanto garantia o acesso a novos mercados, o que cooperou para seu maior sucesso como país exportador. Em 2004, meses após uma importante viagem do presidente Lula à China, o governo brasileiro decide conceder à China o *status* de economia de mercado, fato que demonstra um exemplo da política econômica adotada pelo governo, em troca de uma expectativa que o país apoiasse o Brasil na sua candidatura a membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, que acabou por não acontecer.

Destarte, na tentativa de se criar maiores e novas oportunidades comerciais, além de incentivos à participação de empresas brasileiras dentro do mercado chinês, foi criada a “Agenda China”, em 2008, que “objetivou tanto aprofundar a reflexão sobre a parceria sino-brasileira quanto traçar estratégias para dinamizar o comércio bilateral e ampliar investimentos mútuos, além de fomentar estudos técnicos e ações de promoção do potencial produtor e exportador brasileiro no mercado chinês (AMORIM, 2008)”. Dentre suas metas estão:

i) aumentar o conteúdo tecnológico das exportações ao mercado chinês com produtos de maior valor agregado do que os já tradicionalmente exportados; ii) equilibrar de modo quantitativo e qualitativo a balança comercial sino-brasileira, por meio do aumento da exportação de produtos industrializados brasileiros; iii) incrementar as exportações brasileiras de produtos intensivos no uso de recursos naturais, atendendo ao crescimento da demanda por produtos que a China tem dificuldade em garantir autossuficiência e aproveitando a sazonalidade da produção; iv) aumentar a participação brasileira em missões, feiras e projetos específicos com a China, de modo a permitir o incremento de ações coordenadas entre parceiros de ambos os países. Foram igualmente contempladas pela Agenda iniciativas de atração de investimentos chineses para o Brasil, inclusive nas áreas de infraestrutura e logística (BARRAL, 2008).

Pode-se afirmar que é devido ao crescimento exponencial chinês nas últimas décadas, que permitiu a criação de um mercado extremamente vasto e dinâmico, em que diversas oportunidades passaram a surgir para os produtos brasileiros. No mesmo ano, a China sobe no *ranking* e passa a ser o segundo maior parceiro comercial do Brasil, apenas atrás dos Estados Unidos. Entretanto, atingiu uma corrente de comércio de US\$75,5 bilhões em 2012 e de US\$ 83,4 bilhões em 2013 (CEBC, 2021).

Foi em consonância com esse crescimento exponencial do comércio e na esteira do processo de extroversão global das empresas chinesas que o Brasil começou a ser percebido pelo país asiático não apenas como uma vasta fonte de matérias-primas, mas também como um potencial destino para novos investimentos no exterior. Sobretudo a partir de 2010, o repentino ingresso de um grande volume de empreendimentos chineses ficou evidente, com presença crescente nos mais diversos setores, como energia elétrica, mineração, infraestrutura, agricultura, indústria

manufatureira e tecnologia da informação.(CEBC, Conselho Empresarial Brasil-China, 2021).

Entretanto, segundo Bacard (2011), no fim da primeira década do século XXI, passou-se a pairar uma grande crítica às relações comerciais entre os dois países. Crítica esta, que recai, novamente, na dificuldade brasileira em diversificar suas exportações e agregar valor às vendas feitas à China, composta por matérias-primas e alimentos.

O interesse chinês no solo brasileiro, durante os primeiros anos do século XXI, se pautava em explorar matérias primas e recursos energéticos considerados primordiais para o continuamento da expansão econômica chinesa; aumentar o lucro dos negócios chineses; garantir a presença da China no mercado brasileiro e, conseqüentemente, na América do Sul; troca de informações nas áreas de ciência e tecnologia; e, por fim, diversificar seus negócios e aumentar o poder de barganha no mercado global. Dentro desse movimento de internacionalização, no Brasil, os setores mais procurados foram “petróleo e mineração, seguidos por portos, energias alternativas, automotivo, bancário, telecomunicações e indústria eletrônica” (BRASIL, 2008, p. 60).

Todo esse cenário cooperou para que no ano de 2009, a China passasse a ser o maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os Estados Unidos e tomando sua posição, com o fluxo de comércio de 36,1 bilhões de dólares. Esse lugar ocupado pela China reflete o processo mais amplo de diversificação dos negócios brasileiros, bem como da própria hierarquia de forças dentro do sistema internacional. Essa mudança reflete a efetivação do objetivo brasileiro de diminuição de dependência dos mercados tradicionais, como o estadunidense, pondo em prática o multilateralismo e autonomia internacional. Esse mecanismo de cooperação permitiu a formação de uma agenda interna, no intuito de estreitar a cooperação e os negócios entre si, buscando o crescimento econômico e desenvolvimento social. Além de uma agenda externa pautada no posicionamento a respeito do meio ambiente, pobreza, comércio e segurança.

No que diz respeito à agenda do desenvolvimento global, diplomatas brasileiros têm consciência da importância do país para as questões de segurança de alimentos, água e energia. Assim, o Brasil estabeleceu a agenda do desenvolvimento como uma prioridade nacional, regional e multilateral global. Dessa forma, o Brasil defendeu que a paz e a estabilidade sustentável só serão possíveis se os desafios do desenvolvimento forem devidamente tratados. (BECARD, BARROS-PLATIAU e OLIVEIRA, 2015, p.82).

Nesses anos, a relação sino-brasileira variou em duas direções opostas. A primeira super positiva, com a definição da China como o maior parceiro comercial do país, que garantiu novas oportunidades em diferentes áreas. Outra percepção, mais negativa, relata a

dependência do Brasil no mercado chinês, preocupação que se torna mais alarmante diante da força que a China ganha cada vez mais nos fóruns políticos e de economia internacional, passando a competir de forma mais direta com as empresas brasileiras e da América Latina.

Na esfera política, os dois países compartilham dos mesmos princípios, com uma visão comum de defesa da reforma da ordem internacional, numa renovação das instituições internacionais para que possam atender as demandas e agendas de desenvolvimento específicas de países em desenvolvimento e, assim, permitir uma maior projeção de países emergentes. Outro ponto congruente é o fato de os países não quererem uma imagem de atores fracos ou irrelevantes dentro do sistema internacional, uma vez que, historicamente ambos buscam o reconhecimento nas instituições e fóruns internacionais - como citado previamente -, sempre se pautando em um discurso pacífico.

É um triunfo afirmar que o Brasil e China durante toda essa história de parceria consolidaram e mantiveram uma cooperação em diversos campos, não sendo diminuídos em apenas discursos políticos, mas seguiram o fluxo de crescimento. Hoje, autoridades brasileiras tentam estabelecer novas metas na relação com a China, especificamente, na busca de formas de cooperação que permitam a maior expansão da produtividade do Brasil. O movimento se dá na tentativa de cadeias de maior valor agregado nos setores industrial, de serviço agrícola, na direção de atividades que passem a incorporar tecnologias mais complexas, além de um capital humano mais qualificado (BECARD, BARROS-PLATIAU, OLIVEIRA, 2015).

Dessa forma, se a China se mostrou pragmática no seu plano de expansão internacional, através da obtenção de recursos primários e energéticos para seu próprio desenvolvimento interno, o Brasil respondeu à altura, mostrando uma capacidade de replicar prontamente às demandas de comércio e investimento. Apesar de todo o progresso nas relações sino-brasileiras e as dificuldades que as rondam, as relações bilaterais seguem avançando por meio desse atendimento de demandas factuais dos setores produtivos, e não por meio de um projeto de Estado, cuja diferentes classes e governos dialogam com a China no intuito de traçar metas e estratégias, referentes ao aproveitamento das oportunidades oferecidas pela parceria, seja ela bilaterais ou multilaterais.

4 ANÁLISE DOS EDITORIAIS DA FOLHA DE SÃO PAULO, O ESTADO DE SÃO PAULO E O GLOBO.

É importante salientar que o recorte temporal estabelecido é apenas uma parte a ser avaliada dentro de todo o processo histórico do país e da relação sino-brasileira. Segundo Azevedo (2006), o público alvo dos grandes jornais brasileiros concentra-se nas camadas A e B da população, sendo eles os formuladores centrais de opinião.

(...) As publicações compensam a baixa penetração nas camadas populares com a grande capacidade de produzir agendas, formatar questões e influenciar percepções e comportamentos tanto no âmbito político-governamental quanto no público em geral, este último através dos líderes de opinião ou através da repercussão da pauta dos jornais na televisão aberta (AZEVEDO, 2006, p. 8).

Tem-se como intuito principal a percepção das estratégias de discurso dentro da construção dos debates ideológicos. Nesse sentido, foram escolhidos como os representantes desse cenário midiático: O Globo, Folha de S. Paulo, O Estadão. A Rede Globo surgiu em 1925, com o jornal impresso “*O Globo*”, passando a ter a concessão para a televisão aberta em 1957. A empresa delimitou posições partidárias definidas, se aproximando das tendências conservadoras e cristãs, deixando nítido o apoio ao governo militar. Segundo o *InfoGlobo*⁶ a maioria dos seus leitores é do sexo masculino (cerca de 52%), principalmente das classes média (B e C).

Quando se pensa em analisar a grande mídia brasileira, pode-se se perpassar na descrição do modelo de Hallim e Mancini (2004), enquadrando o sistema midiático com características específicas, como a mídia ser parte integrante de um monopólio familiar, a propriedade cruzada na formação de grandes grupos midiáticos, a pequena diversidade, atrelado ao conservadorismo e a orientação para as elites. Essas especificidades irão nortear a presente análise dos jornais brasileiros, a fim de atestar a hipótese de um tratamento predominantemente negativo empregado a China, fruto do histórico conservador dos grandes jornais do país.

A *Folha de S. Paulo* começa sua história em 1921, sobre o título de “Folha da Noite”. Em 1925, criou-se a “Folha da Manhã”. Após 24 anos da criação surge o “Folha da Tarde” mas, é apenas na década de 1960 que os três títulos se fundem, surgindo a Folha de S. Paulo. Diante dos acontecimentos do golpe de 1964, a *Folha de S. Paulo* passou a se autodefinir como “liberal e democrático”, reafirmando a importância da imprensa na formação da opinião

⁶ Dados disponíveis em: <<https://www.infoglobo.com.br/anuncie/ProdutosDetalhe.aspx?IdProduto=91>>. Acesso em 30 maio de 2022.

pública: “Não obstante, segundo a linha editorial das folhas, as causas últimas dos males econômicos do país deveriam ser buscadas na política do Estado, intervencionista em detrimento da liberdade econômica e expressa sobretudo no protecionismo cambial”⁷. Ao longo dos anos, o jornal manteve posições diretas acerca dos governos vigentes, como seu apoio inicial ao governo militar e o entusiasmo nas páginas do jornal com o “milagre brasileiro”; como se manteve pró movimento das *Diretas Já* e a eleição dos presidentes que o seguiram, reafirmando na cobertura da primeira eleição por voto direto que o país perderia credibilidade internacional, caso não compartilhasse do ideal da liberalização econômica, que seria, segundo o periódico, após a queda do modelo soviético a única alternativa para o desenvolvimento.

Por fim, *O Estadão*, o terceiro meio usado para a análise, como visto posteriormente, é um dos jornais mais antigos da cidade de São Paulo em circulação, fundado nas bases de ideias republicanos. A seção mais antiga do jornal, conhecida como “Notas e Informações”, manteve sempre a postura política e ideológica do jornal, da união nos editoriais de um conservadorismo político com a visão do liberalismo na economia. Entretanto, desde o golpe militar de 1964, o jornal tem-se tomado posições mais liberais com enfoque na defesa do Estado de direito, a livre iniciativa e o apoio a uma economia de mercado e livre iniciativa.

Diante do histórico dos jornais, mais a carga ideológica atribuída ao Estado chinês, busca-se analisar nos editoriais como é retratado a relação entre o país e a China, defronte da sua gradativa abertura comercial aos mercados internacionais e o conservadorismo histórico dos meios de massa brasileiros. Dessa maneira, no período avaliado entre dezembro de 2001 até 2009, marcando a entrada da China na OMC e a efetivação da China como o maior parceiro comercial do Brasil, encontrou-se 449 editoriais, ao utilizar como palavras-chave *itamaraty* e *política externa brasileira*, tratando de assuntos internacionais do país. Entretanto, nota-se no corpus dos editoriais um desnível entre os jornais, em que *o Estadão* corresponde a 61,1% dos editoriais, enquanto *A Folha de S. Paulo* e *O Globo* correspondem juntos a 38,6%.

A obtenção da base do corpus, deveu-se a utilização do banco de dados que somatizam todos os jornais, a partir, primeiramente da busca pelos termos “itamaraty” e “política externa”, após o refinamento, foi feita uma nova busca através do termo “china”. O método utilizado descreve o interesse da grande imprensa brasileira em noticiar sobre a China, ao passo que retrata seu posicionamento acerca da temática. Assim, de imediato, mesmo havendo

⁷ Fundação Getúlio Vargas. Disponível em:

<<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/folha-de-sao-paulo>>.

similitudes nos valores político-ideológicos dos jornais, é nítido a divergência de tratamento, não apenas na quantidade de editoriais, mas ao sentimento expresso neles.

Foi utilizado o programa Orange para a análise do sentimento com separação entre as palavras, além do banco de dados de todos os jornais, em planilha do Excel com toda a massa textual, média geral dos textos e suas respectivas manchetes. Dessa forma, foi utilizado o sentimento geral como o indicativo principal para a referida análise, na tentativa de sistematizar impressões. Entretanto, faz-se necessário pontuar o caráter incipiente desse estudo, sendo ainda necessário a replicação em outros programas a fim de comparação, deixando isso para um futuro próximo.

As imagens seguintes demonstram o primeiro ponto, que corresponde ao cenário do contexto internacional brasileiro e o enfoque dos jornais na discussão em torno da China, no período descrito. Observando, a composição da nuvem de palavras dos três jornais: *Folha de S. Paulo*, *O Estadão*, *O Globo*, na Figura 1.

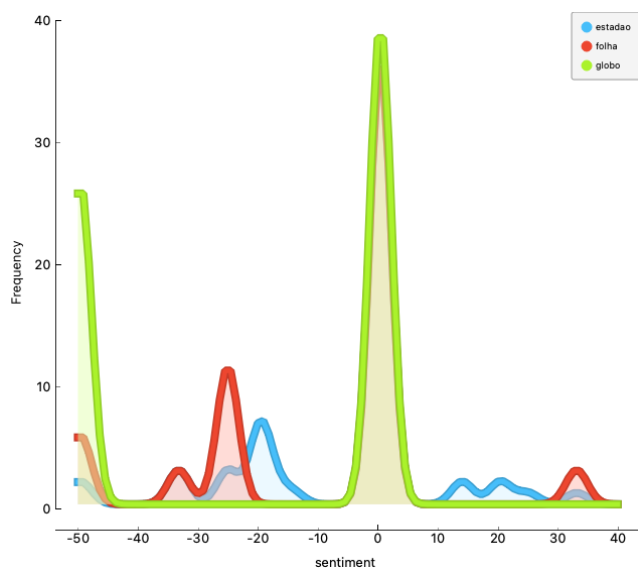
Figura 1- Nuvem de palavras 200 principais palavras dos editoriais (Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo).



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

*Disponível em: <  Banco de dados >.

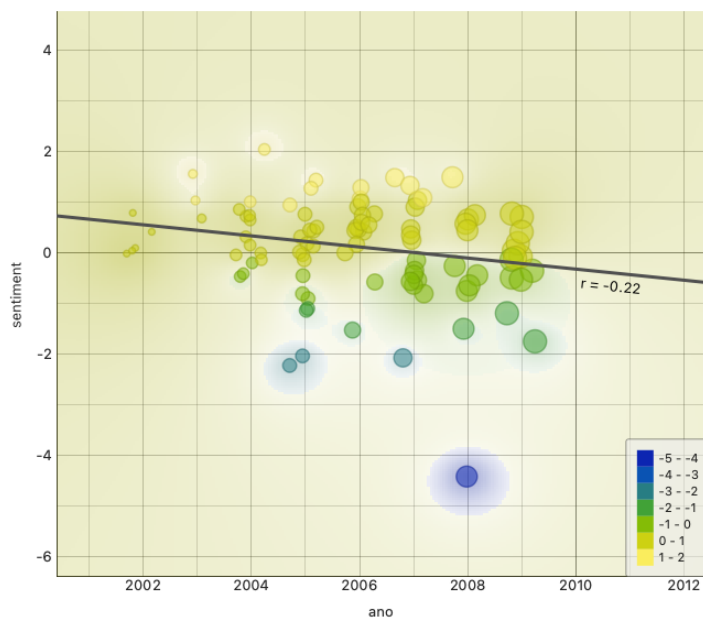
Figura 2 - Nuvem de palavras manchetes dos editoriais (Estadão, Folha de S. Paulo e O Globo).



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

*Disponível em: < [Banco de dados](#) >.

Figura 4- Gráfico de sentimentos distribuídos no tempo dos editoriais Estadão, Folha de S. Paulo, O Globo).



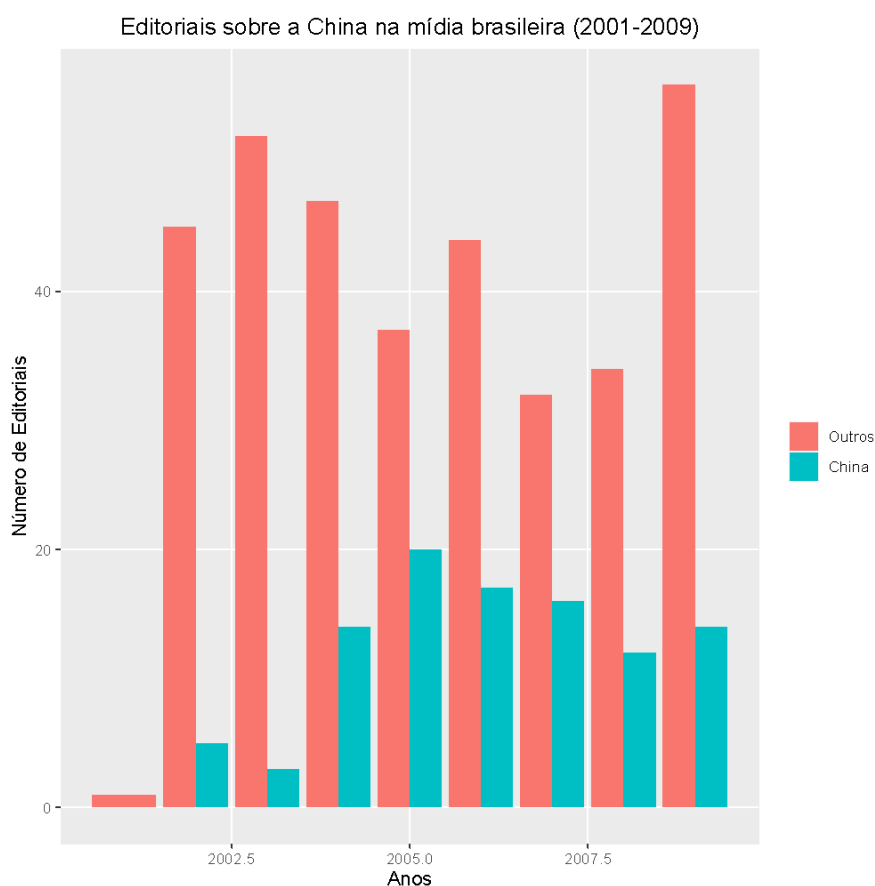
Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

*Disponível em: < [Banco de dados](#) >.

As Figuras 3 e 4 expõem o sentimento dos editoriais, em relação à frequência e a sua disposição no tempo, dessa maneira, consegue-se averiguar o tratamento, dado de maneira geral, aos temas de política externa. Sendo assim, ao analisar a Figura 3, com a frequência dos

editoriais, há uma congruência maior no tom neutro dos editoriais, entretanto, no que tange uma comparação entre a frequência do sentimento positivo ou negativo, tem-se a preponderância do tom pessimista dos editoriais, fazendo um adendo ao posicionamento mais exacerbado das postagens do jornal *O Globo*. Ao traçar-se uma média ao longo do tempo, após um início de um tratamento considerado positivo, até meados de 2004, percebe-se uma média negativa, demonstrada pela linha r, a partir de 2005, tendo como ponto excepcional o do ano de 2008. Tal ano foi marcado por 46 editoriais, tendo como temas principais a política comercial brasileira, tida como um fiasco, nas negociações da Rodada Doha sobre os subsídios agrícolas contra os Estados Unidos e a mudança da visão da política internacional, considerada uma ruptura da política externa do governo de Fernando Henrique Cardoso, indo de um profissionalismo para ser considerada uma política de afinidades ideológicas.

Figura 5- Gráfico do número de editoriais sobre China entre 2001-2009



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

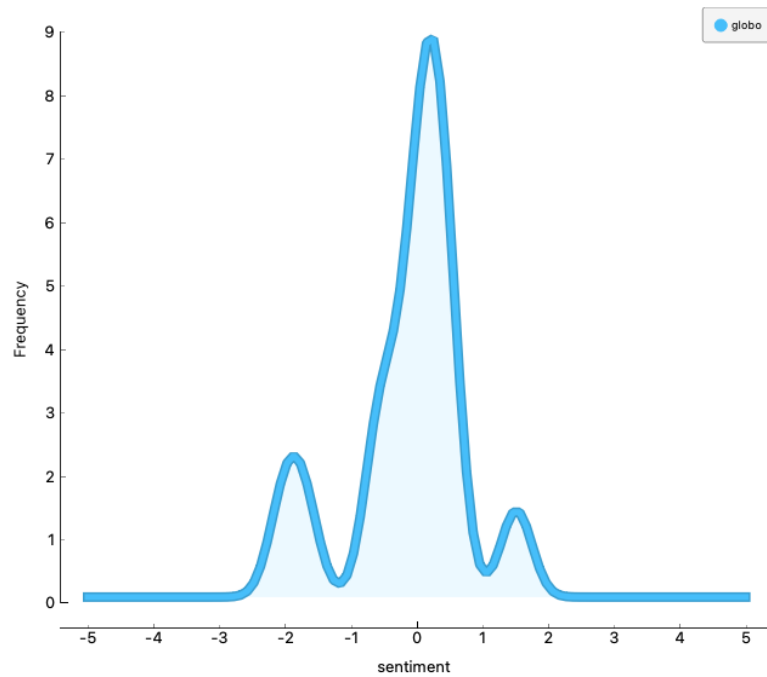
*Disponível em: <  Banco de dados >.

No que tange o enfoque da China a Figura 5 demonstra a comparação do número de editoriais gerais, com os específicos chineses, ao longo dos anos. Dos 449 editoriais dos três jornais, 98 destes tratam diretamente sobre temas chineses, correspondendo a apenas 21,60% dos editoriais em um período de oito anos, enquanto os editoriais que tratam dos Estados Unidos, por exemplo, correspondem a 150 publicações. Esses 98 edições foram selecionadas e através de leitura sistemática, foram encontrados os principais temas relacionados a China, dos quais foram criadas ilustrações para a melhor compreensão dos fatos.

O Estadão é responsável pelo maior número de publicações (61 editoriais) e *O Globo* o jornal com menor número, fazendo sua primeira publicação tratando sobre a China, apenas em julho de 2005. Uma observação pertinente é o fato de nenhum jornal ter feito publicações acerca da entrada da China na OMC, como demonstrado pela Figura 5. Os primeiros editoriais a abordar diretamente a China, deu-se pelo *O Estadão* em março e dezembro de 2002, sempre fazendo alusão ao governo Lula e suas possíveis projeções da sua agenda internacional de não alinhamento com os Estados Unidos e o novo alinhamento da sua política externa, o que os jornais vão estampar como a “política terceiro-mundista”.

A *Folha de S. Paulo*, por sua vez, foi o único a fazer alusão à concessão ao *status* dada à China de economia de mercado, dado pelo Brasil, em 2004. O tom do editorial pode ser visto pelo seguinte trecho “ao atender à exigência, o Brasil, ironicamente sob a Presidência de um ex-líder sindical, emprestou seu aval a um regime político repressivo que assegura a exploração de mão-de-obra em condições aviltantes e interfere na formação de preços de mercadorias também produzidas pela indústria brasileira.” (Folha de S. Paulo, 16/11/2004). O discurso evidencia a oposição feita ao governo brasileiro de esquerda, nas suas alianças, fugindo do eixo tradicional (Estados Unidos- União Europeia), focalizando em criar pontes com o Oriente Médio e Ásia, mais precisamente, com um país ditatorial de esquerda.

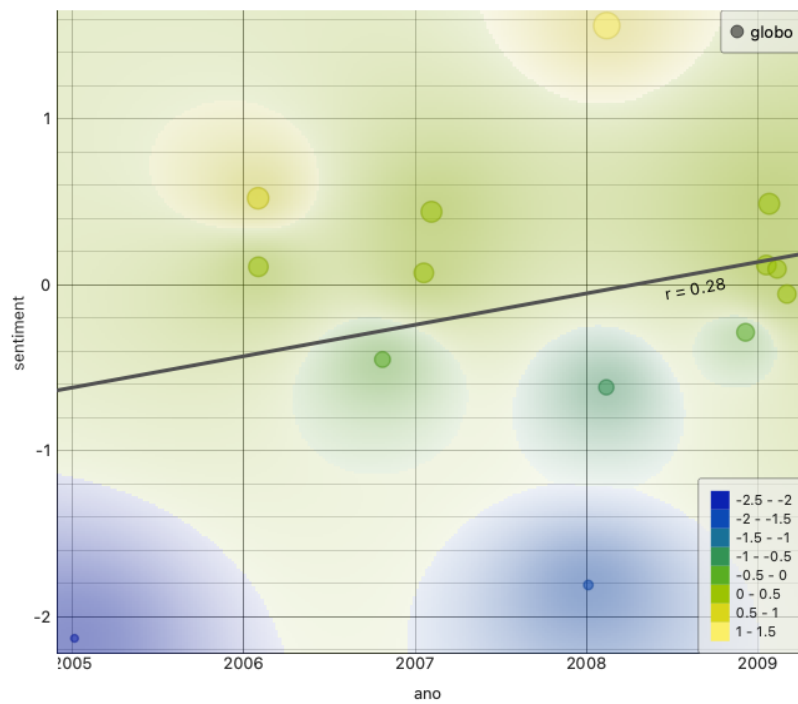
O Estadão apresentou a maior quantidade de publicações nos anos de 2005 e 2006, quando se mostrou inconformada com a política comercial utilizada, e considerando a diplomacia comercial pouco estratégica e muito ideológica, o que geraria para as negociações globais de comércio uma série de fiascos. Essa correlação entre a China e a diplomacia do governo Lula ficará mais evidente à frente, quando for analisado cada jornal individualmente. Dos 98 editoriais, previamente citados, desses cerca de 26 tocam diretamente o nome do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em que todos criticam a política externa introduzida pelo mesmo. Caracterizada como um “marco zero e ruptura com o passado de dependência e subordinação”, a política externa passa a ser constantemente chamada de frágil e fracassada, diante da mudança de rota tida pelos jornais, indo de uma busca pelo protagonismo



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

*Disponível em: < [Banco de dados](#) >.

Figura 8- Gráfico de sentimentos distribuídos no tempo “China” do editorial O Globo.



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

*Disponível em: < [Banco de dados](#) >.

O jornal *O Globo* foi escolhido como o primeiro, mediante o fato de ser o jornal com o menor número de editoriais que tratam da China, tendo apenas 15. Como demonstrado na nuvem de palavras da Figura 6, tem-se como as principais palavras em destaque “lula”, “crise”, “política externa” e “interesses”. A característica de certa neutralidade expressa no gráfico de frequência é posto de lado, diante de uma produção mais negativa do que positiva. Essa realidade é evidenciada no fato de que do total de editoriais, oito tratam diretamente da política externa e, mais especificamente da utilizada durante o governo Lula de forma cética, como expresso na Figura 8, a partir da preponderância de grandes pontos azuis. Esse sentimento também pode ser evidenciado por um dos trechos do editorial, que resume bem o pensamento geral:

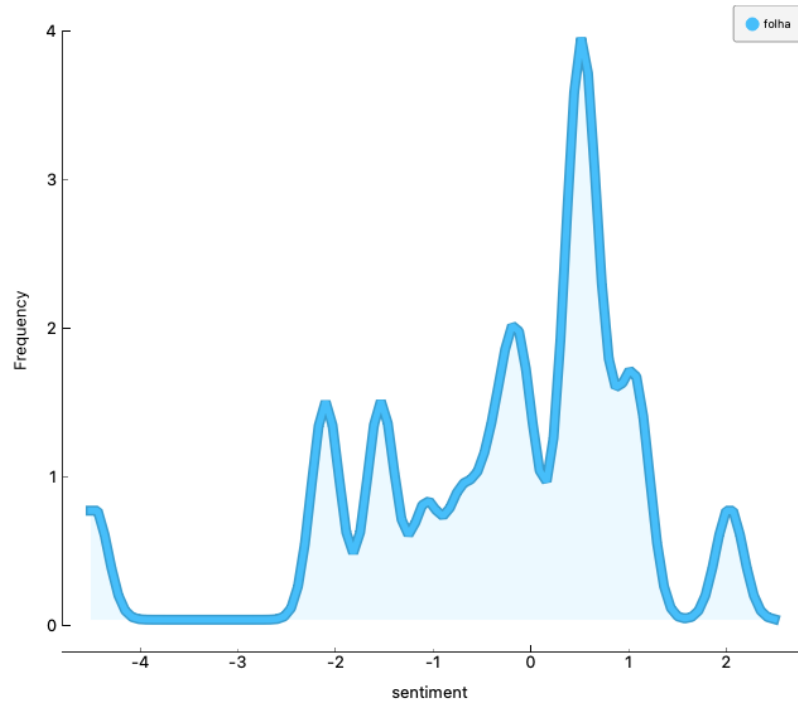
A política externa brasileira segue dando indicações erráticas desde que, com a posse de Lula, em 2003, abandonou o curso internacionalista para retomar a superada visão de um mundo "injusto", dividido entre o Norte — rico e poderoso — e o Sul — pobre e explorado. Esse maniqueísmo convém à tendência de Brasília de prestigiar os companheiros ideológicos da América do Sul. (O Globo, editorial 28/08/2008).

É importante lembrar que o jornal *O Globo* é liderado por uma das famílias mais tradicionais brasileiras, estando no seu comando desde sua criação, em 1925, até os presentes dias. A família Marinho a comando do Grupo Globo se caracteriza como um dos monopólios familiares mais tradicionais do Brasil, assim pode-se afirmar como um dos porta vozes de grandes elites ao longo da história, desde seu apoio ao golpe de 1964, com a manchete “Ressurge a Democracia” (Editorial 02/04/1964, O Globo), até o apoio do seu executivo para as eleições de Collor, e o apoio incessante nas páginas dos seus editoriais ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, vista no período analisado sempre em tom de comparação entre sua política externa e a do governo seguinte, rompendo com esta.

O presente jornal demonstra sempre seu posicionamento contrário a qualquer tipo de manifestação da política externa de Lula, se mostrando sempre favorável à anterior do período de Fernando Henrique Cardoso, o que pode servir de justificção para a baixa produção de editoriais sobre os temas. Ponto importante quando se pensa os atributos da informação de qualidade defendidos pelo jornal, em que o primeiro é a isenção: “ a) Os veículos jornalísticos do Grupo Globo devem ter a isenção como um objetivo consciente e formalmente declarado. Todos os seus níveis hierárquicos, nos vários departamentos, devem levar em conta este objetivo em todas as decisões” .

Entretanto, a realidade se mostra divergente, como pode-se ater aos fatos de que os editoriais não fazem nenhuma menção ao fato da entrada da China, tida como governo

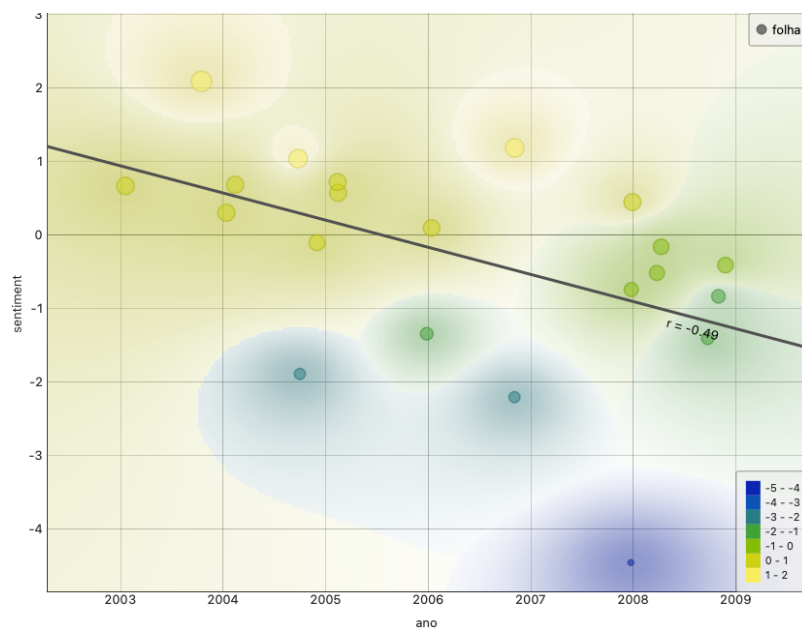
Figura 10- Gráfico de frequência e sentimento “China” do editorial Folha de S.Paulo.



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

*Disponível em: < [📄 Banco de dados](#) >.

Figura 11- Gráfico de sentimentos distribuídos no tempo “China” do editorial Folha de S.Paulo.



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

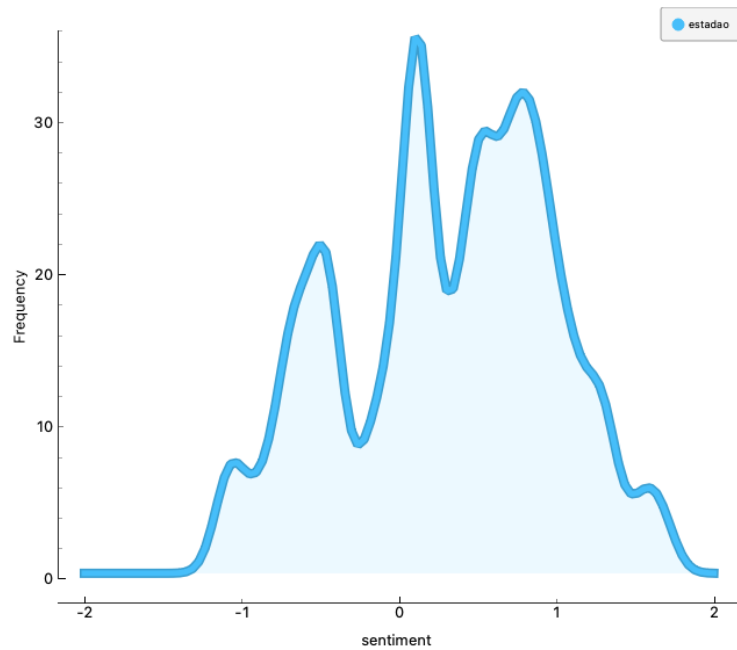
*Disponível em: < [📄 Banco de dados](#) >.

A *Folha de S. Paulo* foi o segundo jornal com o maior número de publicações, contabilizando 20. Como demonstrado na Figura 8, um dos assuntos mais ligados à China é a questão do comércio, durante o período analisado a média foi de 3 publicações por ano, sendo válida uma ressalva ao ano de 2005, em que houve 5 publicações no ano. O referente ano corresponde ao que a China torna-se o terceiro maior parceiro comercial do Brasil e a principal compradora dos produtos brasileiros, em que enfoca a parceria estratégica entre Brasil-China, a considerando de ingênua, após o país conceder à China status de economia de mercado no ano anterior passou-se a ter uma maior dificuldade para a imposição das salvaguardas sobre as exportações chinesas, o que gerou uma expansão das exportações chinesas frente ao mercado brasileiro.

Ao analisar a Figura 10 percebe-se uma inconstância na frequência do sentimento, passando por vários níveis. Examinando juntamente com a Figura 11, que demonstra esse sentimento ao longo do tempo, vê-se que no início tinham um sentimento mais positivo que foi se negativando ao longo dos anos, podendo ser visto pelo primeiro editorial do jornal sobre a China, em que elogia o resultado da balança comercial brasileira frente aos seus parceiros. Entretanto, de maneira semelhante ao *O Globo*, os indicativos passam a se tornarem negativos, diante do curso tomado pela política externa do governo Lula (palavra também em evidência na nuvem de palavras, como aferida na Figura 9). Dessa maneira, o tom dos editoriais passa a mudar no sentido de expor uma política externa desequilibrada e tendenciosa, não se posicionando a posições de governos ditatoriais, como Cuba e China. Defendem que há como manter boas relações com o maior número de países possíveis sem deixar de criticar os desrespeitos aos Direitos Humanos, existentes na China, por exemplo.

A boa diplomacia reside na difícil arte de equilibrar-se entre o pragmatismo exigido pelos interesses comerciais e estratégicos do país e o apego a certos princípios universais, como a solução pacífica de conflitos e o respeito aos direitos humanos. A política externa da gestão Lula coleciona alguns equívocos. (Editorial Folha de S. Paulo, 17/10/2007).

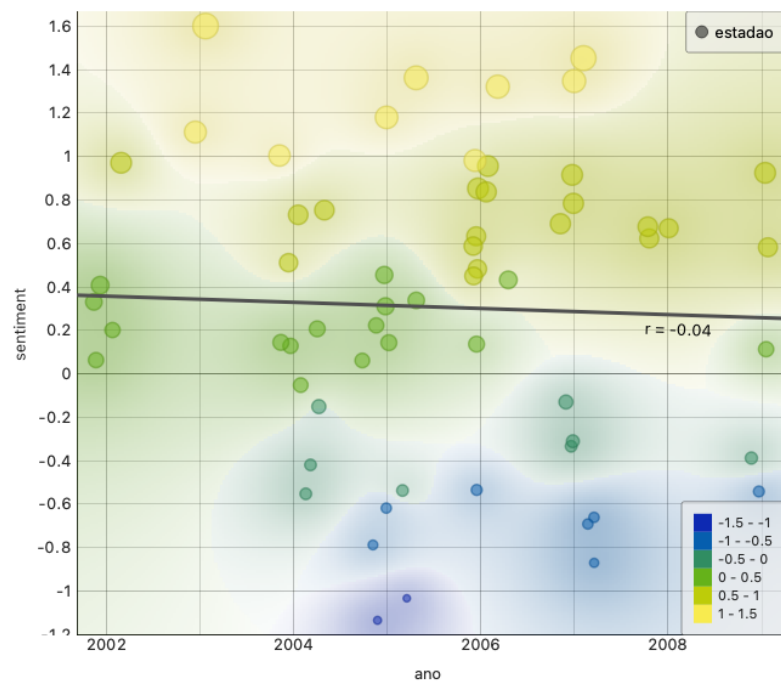
Uma característica divergente do tratamento da *Folha de S. Paulo* é justamente trazer a tona questões internas dos países parceiros, de como suas relações domésticas influenciariam negativamente o papel brasileiro de *player* no cenário internacional, não se atendo apenas às relações burocráticas e externas, mas como essa tendência da própria questão dos Direitos Humanos ou visitas constantes a países com regimes opressores, fazendo vista grossa e tratando com “indiferença” certas situações graves, pode trazer malefícios a outros assuntos externos e a condução da política brasileira.



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

*Disponível em: < [📄 Banco de dados](#) >.

Figura 14- Gráfico de sentimentos distribuídos no tempo “China” do editorial Folha de S.Paulo.



Fonte: O autor (2022). Dados obtidos no Banco de Dados produzido pelo projeto CNPq.

*Disponível em: < [📄 Banco de dados](#) >.

Por fim, tem-se a perspectiva do *O Estadão* sobre a China. Como dito anteriormente o jornal corresponde ao maior fluxo de postagens sobre o tema; das 275 publicações que tratam de política externa, no período em destaque, 62 tangenciam temas chineses, começando no ano de 2002. Inicia-se com a afirmação do governo que sua política externa seguiu rumos diferentes da política externa anterior, marcando justamente essa transição de poderes, entretanto alega-se que tudo o que foi proposto pelo Partido dos Trabalhadores, não teria autoria inédita, sem sugerir mudanças essenciais, pois já seria herdado de governos anteriores. Os principais temas tratados no período abordaram temas como: Globalização, Comércio bilateral, OMC, Terceiro Mundo, Lula(enfatizando seu papel dentro da dinâmica da política externa). Há uma preponderância por tratar assuntos de cunho externo entre Brasil e China, se mantendo apenas no âmbito mais internacional, principalmente do comércio.

A Figura 14 relata justamente esse sentimento inicial, de positividade das relações até meados de 2004, quando começa-se a criticar a diplomacia comercial por ter dado a China as vantagens ao considerá-la economia de mercado, mesmo o país tendo uma das economias menos transparentes e mais acusada de práticas de *dumping*. A partir de então, abre-se as portas para o mesmo discurso dos outros dois jornais de uma diplomacia política e comercial sendo tendenciosa e ideológica. Como os dois outros jornais, *O Estadão* não realiza nenhuma ressalva sobre a entrada da China na OMC, apenas comentando sobre o reconhecimento dada a China como economia de mercado considerada como uma grande imprudência:” Se tivessem o mínimo indispensável de bom senso, os formuladores da nova diplomacia brasileira teriam levado em conta as barreiras impostas pelo governo chinês à soja brasileira. Não houve, durante a visita do presidente Hu Jintao, nenhuma concessão comercial do lado chinês.” (Editorial O Estadão, 10/07/2005). Dessa maneira, há o sentimento negativo de erro estratégico atribuído às relações sino-brasileiras.

De semelhante modo nada se expressa sobre a liderança chinesa como maior parceiro comercial do Brasil, tomando o lugar tradicional dos Estados Unidos. Entretanto, uma característica divergente dos outros editoriais, como pode ser examinado nas Figura 13 e 14, é o sentimento não tão negativo ao longo do tempo, lógico sempre com ressalvas, principalmente no comando do comércio brasileiro, mas diferente dos outros editoriais não se tem grandes pesos dado a figura em si do presidente Lula como o porta voz dessa política “falida”, mas elencam diversos fatores que cooperam para a formulação de uma política externa tida como mais “fracassada”. Tendo apenas um editorial que fala diretamente sobre o peso do que ele caracteriza como a “política externa do presidente Lula”: “Completa-se mais um ano de fracassos para a diplomacia terceiro-mundista do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva. Nenhum acordo importante foi assinado pelo Itamaraty, conhecido no passado por seu pragmatismo e pelo profissionalismo de sua orientação” (Editorial O Globo, 01/04/2009).

O primeiro princípio geral expressa no seu código de ética do *O Estadão*:1) O Grupo Estado defende o sistema democrático de governo, a livre iniciativa, a economia de mercado e um Estado comprometido com um país economicamente forte e socialmente justo, não o impediu de tratar de temas chineses, mesmo indo “contra” a conduta defendida, sendo o jornal que mesmo claramente evidenciada valores liberais e oposto ao governo chinês considerado ditatorial e comunista pela mídia. Tal feito pode ser visto de forma expressa nas Figuras 13 e 14, na maior frequência do sentimento neutro e positivo, do que apontamentos negativos, diante da o que se torna algo relevante quando se pensa na maior intensidade de publicações sobre o tema.

Outro ponto de reflexão faz-se na convergência de pensamentos da mídia brasileira e da diplomacia comercial. O empresariado brasileiro nega a política comercial seguida pelo presidente Lula, que gerou a falta de mais acordos comerciais. “A ala mais dinâmica dos empresários cobra mais acordos comerciais, principalmente com as economias mais desenvolvidas” (O Estadão, 28/11/2004), a crítica volta a questão da preferência de articulação com o eixo Sul-Sul, do que com as economias tradicionais, se indispondo com sistemas multilaterais como a Área de Livre Comércio das Américas e facilitando as relações com a China. Dessa forma, nota-se o papel da mídia de propagar informações e pensamentos da grande mídia, servindo como esse comerciante de informações, muitas vezes passivo.

Decerto, seria necessário mais tempo para alusão dos dados e pesquisa em outros programas, com a finalidade de comparar resultados e se chegar a mais dados. Entretanto, diante do tempo curto e, do presente trabalho se propor a compreender como foi feita essa representação da relação sino-brasileira, foi feito o estipulado para analisar os principais sentimentos e temas tratados pelos editoriais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da exposição de conceitos e teorias foi se engendrando as relações entre mídia e política externa, partindo do desafio de estabelecer possíveis causalidades e resultados dessas correlações de forças participantes dessa dinâmica chamada de mercado de política externa. Dessa maneira, ao longo de todos os capítulos foi debatido a atuação individual de cada elemento, assim como foi realizado suas interações. Com o conceito de equilíbrio de mercado de Baum e Potter (2008), buscou-se explicar justamente as interações resultantes da política externa, tendo a mídia como o principal comerciante de informações. Dessa maneira, é enfático afirmar que os resultados propostos na política externa nada mais são do que reflexão desse equilíbrio existente entre as forças.

Mais do que nunca, o papel ávido da mídia está em evidência nessa nova era das redes. Ao buscar compreender a forma como esse autor autônomo age na formulação do processo decisório de política externa, foi-se além do próprio eixo em si, mas buscou-se entender a partir dos subcampos da Política e Sociologia da Comunicação, além da Análise de Política Externa. Chegando a conclusão de como a imprensa consegue influenciar grupos internos sobre assuntos de política externa, o que leva os veículos de comunicação a duas áreas de atuação: uma direta, através do constante diálogo com o Executivo e a indireta por ser responsável por transmitir opiniões.

Assim, por mais que dentro das Relações Internacionais, as correntes clássicas ainda estejam em evidência, levando em conta apenas atores mais tradicionais - Estados e líderes-, correntes mais recentes já admitem a preponderância de novos atores, agora domésticos, como a mídia também influenciam na construção das decisões internacionais. Dessa maneira, o poder de influência da mídia no Brasil dentro do tabuleiro político não seria diferente. Hallin e Mancini (2004), como visto, caracteriza o sistema de mídia brasileiro como um sistema pluralizado político, ou seja, delimitam o enquadramento brasileiro como sendo um monopólio familiar, de baixa diversidade somada a um viés conservador e orientação para elites.

Para tanto, as características puderam ser percebidas ao longo da análise individual dos jornais, sobretudo o viés conservador que foi muito marcante na forma de retratamento das relações sino-brasileiras, atestando a hipótese. Ela é pautada no caráter crítico da condução da política externa do governo Lula, em que dos 98 editoriais que tratavam de China, 26 mencionam de forma negativa a linha seguida por ele na política externa, a

caracterizando como fracassada e tomada por uma série de equívocos. Portanto, o presente estudo observa uma abordagem monolítica da grande massa brasileira, visto que, em geral os grandes editoriais brasileiros convergem na forma que apresentam as relações entre China e Brasil com o sentimento negativo, sempre afetada por um viés ideológico, como pode ser vista nas Figuras 11 e 14, com a crescente de editoriais negativos ao longo do tempo. Ademais, nenhum dos editoriais faz qualquer tipo de publicação seja acerca da entrada da China na OMC, nem ao fato da China ter ultrapassado os Estados Unidos se tornando o maior parceiro comercial do Brasil.

Decerto, mesmo com a semelhança de tratamento sobre a questão ideológica os três jornais brasileiros apresentam ressalvas na forma da abordagem, como por exemplo, *O Globo* com sua baixa quantidade de postagens, deixando a formação do juízo de valor de sua análise mais difícil, entretanto, nota-se nas poucas postagens o predomínio das críticas à política externa, que passa a ser não mais um instrumento autônomo do Estado, mas uma ferramenta própria do governo Lula, com suas características, rompendo com as tradicionais parcerias e alinhamentos, dando enfoque a uma nova diplomacia comercial e ao eixo terceiro-mundista. Dessa maneira, o estreitamento de relações com a China passa a ser uma parte dessa nova política de mercado e altamente criticada pelo editorial, como pode ser visto no exemplo da página 45.

A *Folha de S. Paulo* usou de um paralelismo externo e doméstico para apresentar suas críticas. Também tendo um viés negativo no tratamento, tendo a reta mais negativa dos três jornais, como visto na Figura 11, ela enfoca não apenas as falhas e críticas na questão comercial, mas elenca os problemas domésticos dos novos aliados brasileiros e uma possível interferência deles em outros assuntos externos do país. Dessa forma, além dos julgamentos a forma que foi encarada as relações comerciais, o jornal evidencia uma preocupação em eventuais problemas que certos alinhamentos poderiam trazer ao país, por exemplo, como expresso na página 45, ao tratar do desequilíbrio visto na diplomacia brasileira, fazendo “vista grossa” em aspectos graves, como a questão das inúmeras denúncias de violações de Direitos Humanos na China.

É importante destacar que os mecanismos para estabelecer uma relação causal entre os efeitos da mídia na retratação da temática, ao colocar em evidência a grande influência da ideologia seguida pelos jornais, com seus valores conservadores e preferências liberais de mercado no seu antagonismo, primeiramente a política externa seguida pelo governo vigente da época, que se aproximava de ideais tido como esquerda, então já existe uma primeira barreira nas publicações acerca disso. E, por conseguinte, a relação formada e o estreitamento

dos laços entre Brasil e China, diante de todo o estigma que envolve os chineses, de um país ditatorial, comunista e de repressão de liberdades.

Segundo a hipótese de Indexação de Bennet (1990) a mídia seria apenas um refletor das narrativas das elites. Ao pensar em elites pode-se ir para duas vertentes: a política e a econômica, tendo duas conclusões. Ao ater-se a elite política, os sistemas de mídias brasileiros não se adequam ao pensamento de que a mídia é influenciável e passiva, pois possuem uma visão da política externa totalmente oposta proposta pelo governo Lula, sendo independente da influência da política e realizando contínuos constrangimentos. Entretanto, ao se pensar que as elites de um país também são de cunho econômico, chega a um certo indicativo a ser pensado. Quanto aos valores seguidos pelos jornais brasileiros estão a defesa pela democracia e livre mercado, ou seja, aproximando dos valores liberais. Diante disso, vê-se a semelhança de princípios com a elite econômica, do agronegócio e os grandes empresários insatisfeitos com a diplomacia comercial brasileira, assim há uma influência na narrativa, uma vez que, há interesses em comuns. O que acaba por reforçar um sentimento negativo frente à China, principalmente após a ratificação do mercado chinês como economia de mercado, que sobrecarregou o comércio doméstico com produtos baratos chineses.

Conclui-se, de fato, uma baixa diversidade de viés dos meios de massa brasileira, como pode ser evidenciado nos pensamentos semelhantes dos três jornais, faltando um contraponto, que seria de extrema importância para o debate, entretanto inexistente no cenário brasileiro. Desse modo, a hipótese levantada no objetivo, de uma possível inferência do posicionamento conservador histórico dos meios de comunicação brasileiros pode ser aferida diante dos três gráficos de sentimentos dos três editoriais se mostram negativos. Ademais, pode ser analisado uma relação causal e de interferências, diante das correspondências existentes entre eles e o fato de refletir interesses de leitores que participam de grupos da elite econômica do país. Entretanto, não houve evidências suficientes para obter uma relação causal entre os efeitos da mídia e os tomadores de decisão que regem a política externa, de se interferir em decisões, sendo o contrário o oposto, já que as decisões de política externa permitiam a mídia exercer seu papel de constrangedora. Todavia, é importante destacar que a análise dos dados apenas permite que sejam feitas inferências para a construção de uma hipótese a ser defendida no trabalho.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. **As duas últimas décadas do século XX: Fim do socialismo e retomada da globalização.** Disponível em: https://www.academia.edu/5793808/054_As_duas_%C3%BAltimas_d%C3%A9cadas_do_s%C3%A9culo_XX_fim_do_socialismo_e_retomada_da_globaliza%C3%A7%C3%A3o_2006. Acesso em 25/04
- ALMOND, Gabriel Abraham. **The American people and foreign policy.** 1950.
- AZEVEDO, Fernando Antônio. **Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político.** Opinião Pública, v. 12, n. 1, p. 88-113, 2006.
- BARBOSA, Ruy. **A imprensa e o dever da verdade.** Rio de Janeiro: Simões, 1957.
- BARRAL, W. 2008. **Agenda China: síntese de trabalho.** BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Agenda China: ações positivas para as Relações Econômico-Comerciais Sino-Brasileiras. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.
- BAUM, Matthew A.; POTTER, Philip BK. **The relationships between mass media, public opinion, and foreign policy: Toward a theoretical synthesis.** Annu. Rev. Polit. Sci., v. 11, p. 39-65, 2008.
- BAUM, Matthew A.; POTTER, Philip BK. **Media, public opinion, and foreign policy in the age of social media.** The Journal of Politics, v. 81, n. 2, p. 747-756, 2019.
- BECARD, Danielly, BARROS-PLATIAU, Ana Flávia, OLIVEIRA, Carina. **O Brasil, a China e a VI Cúpula do Brics.** Contexto Internacional PUC, v. 37, n.1, p. 81-112.
- BENNETT, W. Lance. **Toward a theory of press-state.** Journal of communication, v. 40, n. 2, p. 103-127, 1990.
- BENNETT, Andrew; ELMAN, Colin. **Case study methods in the international relations subfield. Comparative Political Studies,** v. 40, n. 2, p. 170-195, 2007.

BREZEZINKI, Zbigniew. 2012. **Visão Estratégica: América e a Crise do Poder Global**. Nova York: Livros Básicos.

CARIELLO, Tulio. Investimentos chineses no Brasil: histórico tendências e desafios globais. Disponível em: <https://www.cebc.org.br/2021/08/05/investimentos-chineses-no-brasil-historico-tendencias-e-desafios-globais-2007-2020/>>. Acesso em: 20 de abril de 2022.

CERVO, Amado Luiz; Clodoaldo Bueno. 2012. **História da Política Exterior do Brasil**. Brasília: Editora da UnB.

CHOMSKY, Noam; HERMAN, Edward S. **Manufacturing consent: The political economy of the mass media**. London: Vintage Books, 1994.

CNB. **Princípios Editoriais do Grupo Globo**. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/institucional/principios-editoriais-do-grupo-globo/PRINCIPIOS-EDITORIAIS-DO-GRUPO-GLOBO.htm>>. Acesso em: 30 maio 2022.

COHEN, Bernard Cecil. **Press and foreign policy**. Princeton university press, 2015.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (ed). 2013. **Brazil in the United Nations: 1946-2011**. Brasil: Funag.

Discurso do Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de Abertura do Seminário Brasil-China: “Um Salto Necessário” – BNDES, Rio de Janeiro, 30 de abril de 2003. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2003/30-04-2003-discurso-presidente-rep-luiz-inacio-lula-da-silva-sol-en-abertura-sem-brasil-china.pdf>>. Acesso 08 de abril de 2022.

DUQING, Chen. Política Exterior da China. IEL – Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/duqingpoliticaexteriorchina.pdf>> Acesso em: 11 de abril de 2022.

EYTAN GILBOA (2005). **The CNN Effect: The Search for a Communication Theory of International Relations.** *Political Communication*, 22:1, 27-44, DOI: [10.1080/10584600590908429](https://doi.org/10.1080/10584600590908429).

ENTMAN, Robert M. **Framing: Towards clarification of a fractured paradigm.** McQuail's Reader in Mass Communication Theory. London, California and New Delhi: Sage, 2002.

ENTMAN, Robert M. **Cascading activation: Contesting the White House's frame after 9/11.** *Political Communication*, v. 20, n. 4, p. 415-432, 2003.

FONSECA JR., Gelson. **A legitimidade e outras questões internacionais: poder e política entre as nações.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FERREIRA, Túlio Sérgio, CUNHA, Ester Almeida. A política externa brasileira do governo Lula da Silva (2003-2010) nas páginas de Carta de Capital e Veja: um estudo comparativo. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3454/2518>:. Acesso em 01 de abril 2022.

HERMAN, Edward S.; CHOMSKY, Noam. **The political economy of the mass media.** Pantheon, New York, 1988.

KEOHANE, R. O.; NYE, J. S. **Power and interdependence.** 1977.

LAFER, Celso. 2001. **A Identidade Internacional do Brasil e a Política Externa Brasileira.** São Paulo: Perspectiva.

LIPPMANN, Walter; MERZ, Charles; LIPPMANN, Faye. **A Test of the News: An Examination of the News Reports in the New York Times on Aspects of the Russian Revolution of Special Importance to Americans,** March 1917-March 1920. New Republic, 1920.

McCOMBS, Maxwell; LLAMAS, Juan Pablo; LOPEZ-ESCOBAR, Esteban; REY, Frederico. **Candidate Images in Spanish Elections: second-level agenda-setting effects.** *Journalism & Mass Communication Quarterly*, vol 74, n. 4, p. 703-717, winter. 1997.

MILANI, Carlos. 2015. **O Itamaraty Diante da Pergunta: Política externa é política pública?**. Revista Insight Inteligência 18: 56-75.

OLIVEIRA, Lucas Santana. **Política Externa Brasileira, grupos midiáticos e a opinião pública: uma análise dos editoriais da Folha de S. Paulo e do Estado de S. Paulo sobre a “crise” venezuelana**. Monografia - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 42, 2020.

PODER 360. **Jornais têm alta de 6,4% no digital e queda de 13,6% no impresso em 2021**. Disponível em: < poder360.com.br/midia/jornais-tem-alta-de-64-no-digital-e-queda-de-136-no-impresso-em-2021/>. Acesso em: 30 de março de 2022.

ROBINSON, Piers. **The CNN effect: can the news media drive foreign policy?**. Review Of international studies, v. 25, n. 2, p. 301-309, 1999.

ROBISON, P. **The role of media and public opinion**. In: SMITH, S.; HADFIELD, A.; DUNNE, T. Foreign Policy - Theories, actors, cases. Oxford University Press, USA; 2008.

SCHULZ, K. **Foreign Policy Involvement Matters: Towards an Analytical Framework Examining the Role of the Media in the Making of Foreign Policy**. Global Media Journal: German Edition, v. 3, n. 1, Spring/ Summer 2013.

SHAPIRO, Robert Y.; PAGE, Benjamin I. **Foreign policy and the rational public**. Journal of Conflict Resolution, v. 32, n. 2, p. 211-247, 1988

TERRA. **China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil**. Disponível em: < <https://www.terra.com.br/economia/china-torna-se-o-maior-parceiro-comercial-do-brasil.dc3117a7adc4b310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html> >. Acesso em: 29 março 2022.

VIGEVANI, Tullo, CEPALUNI, Gabriel. 2007. **A Política Externa de Lula da Silva: A estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional, 29 (2): 273-335.

WHITE DM. 1950. **The gatekeeper. A case study in the selection of news**. *Journalism Q.* 27:383-90

